



# Anais da Assembléia

Nº 058

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE MAIO DE 1996

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**EDGAR BUENO**  
3º Secretário - PDT

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB - 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB - 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calisto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB - 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB - 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Ironi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL - 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT - 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.<sup>a</sup> LEGISLATURA**  
**ATA DA 38.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 1996**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cezar Silvestri, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltoninho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51). Achando-se ausentes os Senhores Deputados Cleiton Kielse, Emerson Nerone e Nereu Moura (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofícios:**

**OFÍCIOS**

Sob o n.<sup>o</sup> 108/96, do Senhor Ricardo Maia, Presidente da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos, encaminhando prestação de contas, referente ao exercício de 1995. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.<sup>o</sup> 0781/96, do Senhor Valmor Pícolo, Diretor-Presidente da BANESTADO S/A - Informática, encaminhando prestação de

contas relativa ao exercício financeiro de 1995. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.<sup>o</sup> 0783/96, do Senhor Domingos Tarço Murta Ramalho, Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, encaminhando prestação de contas do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, do exercício de 1995. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.<sup>o</sup> 0719/96, do Senhor Domingos Tarço Murta Ramalho, Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, encaminhando prestação de contas, relativa ao exercício financeiro de 1995. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.<sup>o</sup> 0779/96, do Senhor Domingos Tarço Murta Ramalho, Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, encaminhando prestação de contas da BANESTADO Administradora de Cartões de Crédito Ltda, referente ao exercício financeiro de 1995. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.<sup>o</sup> 0714/96, do Senhor Wilson Mugnaini, Diretor-Presidente da BANESTADO S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, encaminhando prestação de contas, referente ao exercício financeiro de 1995. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.<sup>o</sup> 16/96, do Senhor Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, Diretor-Presidente da BANESTADO Leasing S/A - Arrendamento Mercantil, encaminhando prestação de contas, relativa ao exercício de 1995. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.<sup>o</sup> 320/96, do Senhor Geraldo Molina, Diretor da BANESTADO S/A Reflorestadora, encaminhando prestação de contas, relativas ao exercício de 1995. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.<sup>o</sup> 645/96, do Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Ricardo Chab, que pede esclarecimentos sobre "nomeação dos 73 Investigadores de Polícia Civil". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n.<sup>o</sup> 122/96, do Senhor Cláudio Nunes do Nascimento, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando sugestão aprovada pelo Órgão Especial daquele Tribunal, para o fim de obter a adesão do número mínimo dos Senhores Deputados, para converter-se em proposta de emenda à Constituição Estadual. Ao conhecimento da Casa.

Sob os n.<sup>os</sup> CTL/SEEG/075 e 076/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando

haver sancionado os Projetos de Lei n°s:

150/96: Do Poder Executivo que, dispõe que o valor do soldo será fixado, para cada Posto e Graduação dos integrantes da Polícia Militar do Estado, conforme especifica, assim como altera a redação dos dispositivos da Lei n° 6.417, de 03.07.73, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.366. **Anote-se - Arquive-se.**

Lei Complementar n° 151/96: Do Poder Executivo que, acresce duas classes na tabela de vencimentos do Pessoal do Magistério e adota outras providências, o qual convertido em Lei Complementar tomou o n° 77. **Anote-se. Arquive-se.**

#### Mensagem:

MENSAGEM N° 042/96

Curitiba, 06.05.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 7.050.000,00 (sete milhões e cinquenta mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, aprovado pela Lei Estadual n° 11.305, de 28 de dezembro de 1995, visando atender despesas com a realização de obras referentes ao Portal de Foz do Iguaçu e Fórum das Américas.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são de-

correntes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.305, de 28 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 7.050.000,00 (sete milhões e cinquenta mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura de crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4° - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Anexo de Obras, conforme Anexo V desta lei.

Art. 5° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
I DA DESPESA ANEXO				RS 1,00	
I I		I INATUREZA I I I		I IN.DO	
I CODIGO I		I DA IFTIDI		I VALOR	
I I		I DESPESA I IRI		I IPROC	
				I ICOP	
I 5500	I SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I	I I I		I
I	I AMBIENTE	I	I I I		I
I	I	I	I I I		I
I 5503	I DIRETORIA GERAL	I	I I I		I
I 2348	I ADMINISTRACAO E EXECUCAO DE	I	I I I		I
I	I POLITICAS DE MEIO AMBIENTE,	I	I I I		I
I	I CARTOGRAFICA E AGRARIA FUNDIARIA	I 4110.00100	I I I	7.050.000	I 0627
		T O T A L I		7.050.000	I

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01	
I DA DESPESA ANEXO				RS 1,00	
I	I	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DC
I	I	I DA	IFTDI		IPROCI
I	I	IDESPESA	IRI		ICOP
I 5500	I SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I	I I I		I
I	I AMBIENTE	I	I I I		I
I	I	I	I I I		I
I 5503	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I
I 1148	I PROGRAMA SANEAMENTO	I	I I I		I
I	I AMBIENTAL/OECF - SEMA	I 4130.99	I 09 I	3.269.902	I 0627
I	I	I 4130.99	I 40 I	3.780.098	I 0627
T O T A L				I 7.050.000	I

I ACRESCIMO		A N E X O I I I		FL. 02	
I RECEITA CENT ANEXO				RS 1,00	
I	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	IPROCI
I 1113.02.00	I IMPOSTO S/OPERACOES RELATIVAS A		I 00 I	7.050.000	I 0627
I	I ICIRC.MERC.E S/PRESTACAO DE SERV.DE		I I		I I
I	I TRANSP.INTEREST.E INTERMUN. E DE		I I		I I
I	I COMUNICACAO		I I		I I
T O T A L				I 7.050.000	I

I REDUCAO		A N E X O I V		FL. 02	
I RECEITA CENT ANEXO				RS 1,00	
I	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	IPROCI
I 1721.02.00	I TITULOS DA DIVIDA AGRARIA		I 09 I	3.269.902	I 0627
I 2129.02.00	I OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS		I 40 I	3.780.098	I 0627
I	I IVINCULADAS		I I		I I
T O T A L				I 7.050.000	I

I SUPLEMENTACAO		A N E X O V		FL. 03	
I DAS OBRAS ANEXO				RS 1,00	
I	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	IPROCI
I 5500	I SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE		I I		I I
I 5503	IDIRETORIA GERAL		I I		I I
I 2348	I ADMINISTRACAO E EXECUCAO DE POLITICAS		I I		I I
I	I DE MEIO AMBIENTE, CARTOGRAFICA E		I I		I I
I	I AGRARIA FUNDIARIA		I I		I I
I 0004	I CONSTRUIR O PORTAL DE FOZ DO IGUAU		I T I	4.800.000	I 0627
I 0005	I CONSTRUIR O FORUM DAS AMERICAS		I T I	2.250.000	I 0627
T O T A L				I 7.050.000	I

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1299

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 133/96, que visa reservar a alunos domiciliados no Estado do Paraná 90% das vagas das Instituições Estaduais de Ensino Superior.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO N° 1285

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário que o Projeto de Lei n° 73/96 seja anexado ao Projeto de Lei n° 35/96 por tratar-se de mesmo assunto (autoriza o Poder Executivo a conceder exame de DNA às pessoas sem recurso econômico).

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 1286

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário que o Projeto de Lei n° 38/96 seja anexado ao Projeto de Lei n° 338/95 por tratar-se de mesmo assunto (padroniza visual para transporte de estudantes).

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) WALMOR TRENTINI

REQUERIMENTO N° 1280

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM após ouvido o douto Plenário o arquivamento dos Projetos de Lei n°s 154/96 e 164/96, respectivamente de suas autorias, que tratam da obrigatoriedade dos veículos automotores de quaisquer tipos de transitarem com os faróis baixos acesos nas rodovias do Estado.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(aa) IRINEU COLOMBO

EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 1276

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcada a data de 13 de junho do corrente ano; às 15:00 horas, em Sessão Solene, para a entrega de título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Sérgio Sibel Soares Reis.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 1315

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja realizada Sessão Solene neste Poder Legislativo, no dia 30 de maio de 1996, às 15 horas, em comemoração aos 50 anos da República da Itália e 60 anos da Escola de Cantores São Pio X, ocasião em que serão homenageadas as personalidades constantes dos expedientes anexos, indicadas pelo Consiglio Generale Degli Italiani All'Estero, Centro Di Cultura Italiana e pela Escola de Cantores São Pio X, desta Capital pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1296

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de votos de pesar pela morte do Senhor Nelson Rezende na cidade de Ibiporã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1277

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Virmond, alusivos às comemorações do 6° aniversário de emancipação política, a ser comemorado no próximo dia 17 do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Senhor Osmar Luiz Palinski, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Rui Barbosa s/n°, CEP: 85360-000, Virmond - PR.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Cantagalo, alusivos às comemorações do 14° aniversário de emancipação política, a ser comemorado no próximo dia 12 do corrente.

Requer ainda que do presente se dê

ciência ao Prefeito Municipal, Senhor Matheus Paulino da Rocha, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Cinderela n° 379, CEP: 85160-000, Cantagalo - PR.

Sala das Sessões, em 13.05.96.  
(a) ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembleia, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações com o corpo taquigráfico desta Casa, pelo transcurso, no último dia 6, do "Dia do Taquígrafo".

O trabalho técnico desenvolvido pelos funcionários que integram o serviço de taquigrafia é dos mais importantes porque responsável pelo registro da história e memória do Legislativo paranaense. Também se constitui num serviço de grande responsabilidade e que exige desses funcionários dedicação constante e capacidade reconhecida.

Nos votos de congratulações, o reconhecimento dos Senhores Deputados, pela relevância do serviço de taquigrafia no desempenho de seus mandatos.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Legislativo, Deputado Anibal Khury e à chefia do Serviço de Taquigrafia.

Sala das Sessões, em 13.05.96.  
(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 1287

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Miguel Gonçalves e Lúcia Gonçalves, que completou 25 anos de união conjugal, comemorando Bodas de Prata. Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz.

A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada, e por esta razão, proponho a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares!

Sala das Sessões, em 13.05.96.  
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 1289

Senhor Presidente.

Curitiba, segunda, em 13.05.96

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de congratulações ao casal Luiz Lino de Lima e Nercinda Ferreira de Lima, pelas comemorações, neste dia 18 de maio, dos 50 anos de vida conjugal.

O Senhor Luiz, é filho de João Lino da Silva e Ana Caldas da Silva e a Senhora Nercinda é filha de Andreilino de Lima e Helena da Silva.

Ambos nasceram no Município de Pinhão - PR, ele, aos 14/12/1917 e ela, aos 12/07/1920.

De pais agropecuaristas, se conheceram naquele município, e o respeito, a admiração e um sentimento maior alojaram em seus corações. E, 18 de maio de 1946, contraíram matrimônio na Igreja Matriz daquela localidade.

No período de 1958 a 1960, o Senhor Luiz Lino de Lima desempenhou as funções de Juiz de Paz, no Município de Pinhão.

Agora ao completarem 50 anos de vida matrimonial, voltam à mesma igreja onde contraíram matrimônio, para celebrar essa dádiva de Deus, por isso, nossas mais sinceras homenagens.

Sala das Sessões, em 13.05.96.  
(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1292

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de congratulações à Sociedade Beneficente Cultural Iratiense (Clube Polonês), pela passagem, neste dia 22 de maio, dos seus 75 anos de fundação.

Com a criação do Município de Irati (1907), já haviam dados da existência de famílias polonesas no município que, em busca do eldorado, vieram provenientes de outras colônias polonesas: Mallet, Rio Claro, regiões vizinhas de Curitiba, etc.

Os poloneses que em Irati se encontravam, começaram a se preocupar com a educação, religião, além do trabalho de sobrevivência. No ano de 1919 a colônia organizou sua comunidade para a formação cristã, iniciando a construção da Igreja São Miguel.

Hoje é incontestável a grande contribuição social e democrática dos poloneses junto a história da nossa querida Irati ao longo destes 75 anos, por isso, nossas mais sinceras homenagens.

Sala das Sessões, em 13.05.96.  
(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1293

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Ministro da Justiça, Senhor Nelson Azevedo Jobim, pelo lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos.

O objetivo do referente plano, que reúne propostas de todos os Estados, é identificar os principais obstáculos à promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil, eleger as prioridades e apresentar propostas de caráter administrativo, legislativo e político-cultural, além de abordar vários outros assuntos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Ministro da Justiça, Senhor Nelson Azevedo Jobim, Brasília - DF.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 1297

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Senhor Sérgio Antonio Tizziani, Prefeito do Município de Sertaneja e à Associação dos Municípios do Norte do Estado do Paraná - AMUNOP, pela realização do II Fórum de Desenvolvimento da AMUNOP, em 26 de abril de 1996, na cidade de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO N° 1298

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, propõe à Casa, moção de congratulações à Sociedade Beneficente 13 de maio, sediada nesta cidade de Curitiba, pela passagem do seu 108° aniversário de fundação.

Surgida durante as lutas pela abolição da escravatura, afinal obtida com a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, a entidade em causa desempenhou um papel exponencial na emancipação e integração dos nossos irmãos de raça negra, do que dá conta a vasta promoção comemorativa em efetivação nesta data.

Ademais, no momento em que é lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos, importa reconhecer os direitos civis dos brasileiros descendentes de escravos - respeitando sua individualidade, sua contribuição cultural e seu potencial para o desenvolvimento e a equidade social no Brasil.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO N° 1311

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos Trabalhos deste Poder Legislativo, um voto de congratulações ao Banco da Mulher, pelos seus 10 anos de atividades.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Filiado ao Women's World Bank, organização internacional sem fins lucrativos, que se empenha em promover a independência financeira de mulheres com dificuldades sócio-econômicas, o Banco da Mulher está completando uma década de atividades na condição de referência para outros bancos do gênero e para o próprio mercado financeiro nacional.

Financeiramente saudável e com baixos índices de inadimplência, o Banco da Mulher já beneficiou mais de 11 mil mulheres de baixa renda e responde por 50% do volume de recursos aplicados por todos os outros sete bancos filiados à entidade.

Visando a ampliação das oportunidades de crédito, o Banco da Mulher está negociando novas linhas de financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDES) e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Outras parcerias estão sendo estabelecidas com o SEBRAE e o SENAC para oferecerem treinamento aos funcionários e clientes, para aperfeiçoamento de técnicas de produção. Os recursos servem para compra de equipamentos, infra-estrutura e capital de giro.

Além disso, as mulheres contam com apoio à comercialização da produção, assistência administrativa e jurídica.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder à Presidente do Banco, Eryclea Porto Freire, e a todos os seus demais dirigentes e funcionários que concorrem com seu trabalho para a prestação desse extraordinário serviço ao longo dos últimos 10 anos.

#### REQUERIMENTO N° 1312

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos Trabalhos deste Poder Legislativo, um voto de congratulações à nova diretoria do Sindicato do Comércio Varejista de Flores e Plantas de Curitiba e Região Metropolitana.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Criado há três anos, o Sindicato do Comércio Varejista de Flores e Plantas de



Curitiba e Região Metropolitana, escolheu sua nova diretoria, reconduzindo à presidência o empresário Francisco Macedo.

O Presidente mantém-se empenhado na consolidação da entidade sindical, defendendo uma classe que, segundo ele, é formada de pequenos empresários, estrangulados por um mercado competitivo com consumidores cada vez mais exigentes e custos crescentemente maiores. Uma das metas é coibir a ação de "aventureiros" que, em datas e eventos tradicionais, receberiam da Prefeitura de Curitiba tratamento igual ao dispensado àqueles que estão legalmente estabelecidos.

Para o próximo triênio, a diretoria do Sindicato está assim constituída: Francisco Almeida Pires (vice-Presidente); Hilda Dalazen (1.<sup>a</sup> Secretária); Maria Aparecida Pedro Bom (2.<sup>a</sup> Secretária); Jorge D. Fernandes (1.<sup>o</sup> Tesoureiro); Josefina Speck (2.<sup>o</sup> Tesoureiro) e Nilo M. Skraba (Diretor de Relações Públicas). Nas diretorias foram empossados: Izabel Domingues, Antonio Carlos Machado, Carlos Alberto Machado, Maria de Lurdes Machado, João Klas Neto e Mara Maria Puchivaillo. Integram o Conselho Fiscal: Dinôr Strapasson, Masakatsu Oyama, Leoni Gomes da Silva, Agostinho A. Tozin, Ivone K. Maito e Wilma Winiarski. São representantes junto à Federação do Comércio Varejista do Paraná: Gélcio M. Schibelbein e Francisco Macedo Machado, tendo como suplentes: Edison Cubas e Jorge D. Fernandes.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder a todos os eleitos, augurando-lhes uma gestão profícua e repleta de realizações em favor dos comerciantes de flores e plantas no varejo de Curitiba e Região Metropolitana.

#### REQUERIMENTO N° 1279

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de louvor à Data Nacional do Estado de Israel, a ser comemorada no próximo dia 14 do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Federação Israelita do Paraná, senhor Moisés Berger, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Nilo Peçanha, 664, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 1305

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assem-

bléia, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações com a Cruz Vermelha, pelo transcurso, em data de ontem, do Dia Mundial da Cruz Vermelha Internacional e pelos 104 anos de relevantes serviços prestados à comunidade mundial, na área da saúde e da paz.

A instituição surgiu nos campos de batalha como resposta aos gritos de socorro de feridos, enfermos, prisioneiros e refugiados, civis e militares. No Brasil surgiu em 1908 e no Paraná em 1917 e encontra-se também presente em todos os países.

O pensamento e a ação da Cruz Vermelha mundial, estão presentes em todos os conflitos que exijam a compreensão mútua para serem resolvidos. Merece ela o louvor e as congratulações desta Casa de Leis.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à Cruz Vermelha do Paraná, na pessoa de seu presidente regional, Dr. Lauro Grein Filho.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 1313

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembléia, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações com a Prefeitura de Ponta Grossa, pela iniciativa tomada através da Secretaria Municipal de Ação Social, de lançar uma campanha preventiva contra o uso de inalantes.

A campanha, que será desenvolvida em conjunto com o Conselho Municipal de Entorpecentes e a Promotoria da Infância e Juventude de Ponta Grossa, tem como chamada "Abra os olhos, a Indiferença é Inimiga da Infância", visa recuperar a cidadania e a saúde das crianças que cheiram cola e outros inalantes, vai atuar nas escolas, ruas, praças e terminais de ônibus da cidade. Terá ainda caráter preventivo e ainda a cobrança da aplicação da Lei n° 5.399, de 26/02/96, que tem por objetivo fiscalizar o comércio de cola de sapateiro e demais produtos tóxicos.

Sabemos da gravidade do problema do uso de drogas e do interesse do Governo Jaime Lerner em prevenir e combater esse mal, razão pela qual, iniciativas como essa merecem o louvor e os aplausos desta Casa, para que possam servir de exemplo a outros municípios.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Senhor Prefeito Municipal de Ponta Grossa e ao Senhor Secretário Municipal de Ação Social; ao Senhor Secretá-



rio de Estado da Justiça e Cidadania e aos Presidentes do Conselho Estadual de Entorpecentes e do Conselho Municipal de Entorpecentes de Ponta Grossa; ao Senhor Procurador da Justiça e a Promotoria da Infância e da Juventude de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, 13.05.96.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoio: Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Alborghetti, Péricles Mello e Jocelito Canto.

#### REQUERIMENTO N° 1294

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo, pela passagem do Dia do Enfermeiro.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Ontem, 12 de maio, comemorou-se o Dia do Enfermeiro, esse precioso colaborador do médico. Na sua faina diária de aplicar injeções, controlar a pressão dos doentes, observar a dieta, o trabalho dos enfermeiros reveste-se de importância, uma vez que das suas observações e da síntese do seu trabalho, o médico poderá alterar a medicação do doente ou até reavaliar o seu diagnóstico. Além do mais é o enfermeiro que está em contato diário com o paciente e uma palavra sua numa hora de desânimo, ou um estímulo para a sempre detestável injeção, ou para o remédio pouco receptível, tornam a profissão de enfermeiro uma das mais humanas e dignas, razão que justifica plenamente para que a data seja lembrada com muito respeito. Aos enfermeiros e às enfermeiras registramos aqui os nossos mais calorosos cumprimentos pela data.

Requer-se outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Conselho Regional de Enfermagem do Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 1314

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscvem, no uso de suas atribuições regimentais, após a ouvida do Plenário, REQUER seja enviada moção de apoio ao Sindicato dos Estivadores de Paranaguá e Antonina, e em repúdio ao Decreto n° 1.886/96, publicado no Diário Oficial da União de 29 de abril de 1996, de autoria do Exmo. Sr. Presidente da República, que busca institucionalizar a concentração e monopólio do controle da mão-de-obra portuária junto ao Poder Público, dinamitando as históricas representações sindicais portuárias e fazendo com que o Estado se imiscua, de forma antagônica e ultrapassada, na relação

entre Capital e Trabalho.

Neste sentido, num contexto histórico onde as relações laborais no Brasil avançam para o respeito à autonomia da sociedade civil neste tipo de negociação, com a construção da proposta de Contratos Coletivos de Trabalho e de fóruns próprios de resolução de dissídios individuais e coletivo, só resta lamentar a atrasada medida do Governo Federal que, através do indigitado decreto citado, joga a evolução das relações trabalhistas e a própria modernização dos portos na perspectiva da ingerência do Estado.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoio: Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Orlando Pessuti, José Tavares, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Algaci Túlio, Irineu Colombo, Elío Rusch, Edgar Bueno, Irondi Pugliesi, Jocelito Canto, Péricles Mello, Doutor Rosinha, Albanor Gomes, Duílio Genari, Luiz Claudio Romanelli, Neivo Beraldin, César Seleme, Augustinho Zucchi e Valdir Rossoni.

#### REQUERIMENTO N° 1275

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Desembargador Marino Bueno Brandão, cumprimentando-o pela sua posse na cadeira n° 7 da Academia Paranaense de Letras do Paraná, nesta terça-feira, dia 13 de maio de 1996.

Esta Casa não pode ficar alheia a um fato tão importante, pois um dos seus desembargadores, passa a ocupar uma cadeira na nossa Academia, formando assim entre os imortais das letras deste Estado.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 1281

Senhor Presidente.

O Deputado que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, no sentido de providenciar um semáforo ou melhor sinalização na BR-116, na entrada e saída do Hospital Erasto Gaertner.

O pedido está sendo feito por pessoas que necessitam dirigir-se ao hospital e afirmam que para entrar no mesmo o acesso é fácil, porém para a saída, a dificuldade em cruzar a BR-116 é muito grande. Muitos pacientes e visitantes utilizam-se dessa BR para entrar no hospital. Tanto os veículos particulares quanto os ônibus demoram muito para poder atravessá-la e a tensão nervosa de todos é enorme e ao mesmo

tempo perigosa, pois qualquer descuido por parte dos motoristas pode causar gravíssimos acidentes.

Pede-se uma solução o mais breve possível, a fim de se evitar maiores problemas.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1282

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Administração, para que instrua o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, no sentido de sanar o problema que vem ocorrendo na marcação de consultas por telefone. Ocorre que as pessoas que não dispõem de um telefone particular, estão sendo prejudicadas porque ao utilizarem um telefone público, devido a demora no atendimento, não conseguem marcar as consultas.

Pedem esses conveniados do IPE que o problema seja analisado e que uma solução viável seja encontrada, a fim de que esse sistema adotado, realmente venha a beneficiar a todos.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1283

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores do Conjunto Novos Horizontes, localizado no bairro do Tanguá - Almirante Tamandaré, os quais solicitam a instalação de um telefone público na Rua D, Casa 301, onde funciona o Bar e Mercadoria do Nelson. Com a instalação do mesmo toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1288

Senhor Presidente.

O Deputado que o subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila Maria Antonieta, os quais solicitam que o caminhão de lixo reciclável passe no local, principalmente na Rua Aristeu de Castro Fernandes, tendo em vista que os caminhões que por lá passam, muitas vezes não reco-

lhem qualquer tipo de lixo, afirmando que quebram as prensas do caminhão.

Se necessário informações complementares, podem ser obtidas com o Sr. Acir Machado pelo telefone 368-7316.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1290

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. TELEPAR, no sentido de atender o pedido da Senhora Ilza Terezinha Camargo, residente na Rua Maestro Carlos Frank, 699 - Boqueirão, a qual solicita que suas contas telefônicas cheguem antes do vencimento, sendo que as mesmas estão sendo entregues atrasadas. Já foi verificado junto ao Correio se o atraso estava sendo ocasionado por aquela empresa, porém a mesma nos informou que o problema estava ocorrendo por parte da TELEPAR.

Informações complementares podem ser obtidas com a Senhora Ilza pelo telefone 278-3493.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1291

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido dos moradores da Avenida B, localizada no Jardim Geanine, no Município de Almirante Tamandaré, os quais solicitam que o carteiro passe nesse local.

Informações complementares podem ser obtidas com a Senhora Maristela Nogueira pelo telefone 354-3005.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1295

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da moradora à Rua Girassol n° 560, situada no Bairro Montecarlo, a qual solicita que a Prefeitura retire a terra que foi colocada em seu terreno pela própria Prefeitura.

Ocorre que a Prefeitura realizou obras nessa rua e colocou a terra e outros detritos no endereço citado.

Informações complementares podem ser

obtidas com a Senhora Benedita Ferreira pelo telefone 332-7511.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1307

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, moção de apoio às reivindicações dos servidores públicos federais, nas quais constam a reposição de 46,19% referente às perdas salariais dos últimos 17 meses e maior autonomia para as universidades e instituições de ensino técnico, bem como, a retirada do projeto do MEC, que dispõe sobre a Educação Profissional e organização do Ensino Técnico.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a Presidência da Câmara dos Deputados, a Presidência do Senado Federal, ao Ministério da Educação, a Direção do CEFET/PR, a Reitoria da Universidade Federal do Paraná e ao Sindicato dos Docentes do CEFET/PR (SINDOCFET-PR).

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

As reivindicações dos servidores públicos federais são justas, tendo em vista que o Governo Federal não respeitou, sequer, a data-base do funcionalismo em janeiro.

A reposição salarial de 46,19% referente às perdas salariais dos últimos 17 meses, visa repor o poder aquisitivo do salário do servidor, que encontra-se bastante defasado.

Com relação à autonomia da universidade e das instituições de ensino técnico nada mais justo do que estas entidades possam com liberdade, responsabilidade e, principalmente, recursos gerenciar o seu próprio ensino.

Sobre o projeto do Ministério de Educação, que dispõe sobre a educação profissional e a organização do Ensino Técnico, entendemos que o mesmo irá prejudicar o atual sistema, bem como, não há sentido em aprovar uma nova Lei de Educação Profissional quando, no Congresso Nacional, está em tramitação o Projeto de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB).

Por tudo isso, reitero o apoio de todos os Parlamentares, desta colenda Casa de Leis, às reivindicações dos servidores públicos federais.

REQUERIMENTO N° 1308

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Augustinho Heinzen, Prefeito Municipal de Jesuítas, congratulando pela passagem de 16 anos de emancipação política do município, dia 13 de maio de 1996.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência também ao Senhor vice-Prefeito e Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Jesuítas.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

Jesuítas comemora nesta data sua emancipação política. Foram 16 anos de árduo trabalho, onde a população demonstrou o espírito de luta e companheirismo, o que contribuiu de forma decisiva para que Jesuítas angariasse a nossa admiração e simpatia em virtude de sua garra e determinação.

As dificuldades enfrentadas pelo seu povo eram grandes, maior ainda era a vontade de crescer.

Nem mesmo os caminhos espinhosos foram obstáculos capazes de impossibilitar as conquistas daquela gente que integra esse município que honra o nosso Estado.

Hoje temos a grata satisfação de constatar que o esforço concentrado de diferentes raças e credos, valeu a pena. Os resultados são surpreendentemente favoráveis.

A proposição deste Parlamentar, visa prestar uma justa homenagem àquela população que muito orgulha o nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 1309

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Antonio Márcio Ganasin, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, congratulando pela passagem de 16 anos de emancipação política do município, dia 13 de maio de 1996.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência também ao Senhor vice-Prefeito e Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Três Barras do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

Em 13 de maio de 1980, desmembrava-se de Catanduvas, o Município de Três Barras do Paraná, cidade conhecida em todos os cantos do Estado pela sua elevada produção agrícola.

Muitas foram as dificuldades enfrenta-

das pelo seu Executivo e Legislativo para bem estruturar aquele município. Mas o trabalho sério e honesto de homens e mulheres que, mesmo em tempos difíceis, depositavam naquele chão as esperanças de dias melhores, foram decisivos para que Três Barras do Paraná se tornasse um município pujante.

Em todos os setores, constatamos hoje, obras de vital importância para o bem-estar da população de Três Barras do Paraná, o que traduz de forma real e cristalina que seu quadro político teve a ousadia de transformar em realidade os sonhos acalentados nos corações de seus munícipes.

Esta proposição, fará com que o Legislativo paranaense, através deste Parlamento, presta esta justa homenagem àquele município pela passagem desta tão importante data.

#### REQUERIMENTO N° 1310

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner, e o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Dr. Cassio Taniguchi, solicitando a inclusão da Região Sudoeste, no Anel de Integração e Desenvolvimento do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### JUSTIFICATIVA:

A Região Sudoeste, por sua peculiaridade, apresenta o maior percentual de minifúndios produtivos do Estado do Paraná. Sua produção total de grãos (safra 95, fonte SEAB/DERAL) na ordem de 2.396.060 toneladas, representa a fatia de 18% em relação ao restante do Estado.

A avicultura, com rebanho estático de 18.421.000 aves (22%), além da suinocultura formada por 672.000 cabeças (21%), dão a dimensão exata dos investimentos realizados, bem como, as perspectivas de crescimento no setor.

No setor da indústria, a região ocupa posição de destaque, com o estabelecimento de grandes grupos como a Sadia S.A., Coca-Cola e Agroceres, entre outros, além das Cooperativas de produção, laticínios, fabricárias e de frigoríficos.

O comércio regional, fruto do expressivo número de minifúndios e da diversificação das propriedades rurais (milho, arroz, feijão, soja, trigo e mandioca) é extremamente dinâmico e representativo.

Na área da prestação de serviços, a região se consolida como uma das mais eficientes de todo o Estado, fruto da qualidade do atendimento prestado (medicina, odontologia, agronomia, assistência social

e educação), e do número de profissionais atuantes nas áreas mencionadas.

#### REQUERIMENTO N° 1318

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Associação Brasileira de Enfermagem - seção Paraná - por ocasião da comemoração do seu 40° Aniversário, que acontecerá durante a Semana Brasileira de Enfermagem, de 12 a 20 de maio de 1996, através de sua Presidente, Olga Peterlini.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

Durante as comemorações da Semana Brasileira de Enfermagem, a Associação Brasileira de Enfermagem - ABEM Paraná, comemora seus 40 anos de fundação.

É a entidade representativa da Enfermagem e sua seção estadual, considerada a mais bem organizada da estrutura nacional.

#### REQUERIMENTO N° 1301

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de informação ao Excelentíssimo Senhor Reinhold Stephanes Júnior, Secretário de Estado da Administração, solicitando as seguintes informações sobre a situação funcional da Sra. Inês Pompeu Valim:

- 1 - É funcionária de carreira do Estado do Paraná?
  - 1.2 - Se sim, a quantos anos e, qual sua função?
- 2 - Já ocupou algum cargo de confiança?
  - 2.1 - Se sim, quais cargos e que período?
- 3 - Atualmente ocupa alguma função e/ou cargo?
  - 3.1 - Se sim, onde exerce?
  - 3.2 - Se não, está à disposição de algum órgão ou entidade?
    - 3.2.1 - Se à disposição, como é a sua remuneração?

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO N° 1302

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de informação ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando cópia de inteiro teor da Sindicância n° 001/96, PMPR.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

## REQUERIMENTO N° 1305

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de informação ao Exmo. Sr. Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando informação referente ao financiamento de 25% do custo de cada empreendimento no trecho denominado FERROVILA/CURITIBA.

- 1 - Qual o total do financiamento?
- 2 - Cópia de inteiro teor do contrato entre o BANESTADO e a COHAB e/ou a Prefeitura de Curitiba.
- 3 - Quais foram os critérios para que o BANESTADO financiasse este empreendimento, tendo como construtores as seguintes construtoras: Cidadela, Gustavo Bermann e Guimarães Costa?

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

## REQUERIMENTO N° 1306

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando as seguintes informações da Universidade Estadual de Maringá:

- 1 - Resumo da folha de pagamento-total geral referente ao código FPR-120, do período de março de 1990 a março de 1996, discriminado por código de vantagem, conforme modelo anexo.
- 2 - Relação nominal dos ocupantes de cargo de Chefia/Comissão na UEM, elaboradas mensalmente pela ASP/CIN, durante o período de janeiro de 1993 a março de 1996; e
- 3 - números físicos de diárias e/ou ressarcimento de despesas de viagens, executados mensalmente pela UEM e individualizados, discriminados por órgão interno, no período de 1993 a agosto de 1994.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(aa) ANGELO VANHONI  
EMERSON NEFONE  
IRINEU COLOMBO  
DOUTOR ROSINHA  
PÉRICLES MELLO

## JUSTIFICATIVA:

Os dados acima solicitados complementarão as informações anteriormente e servirão para subsidiar estudos sobre as Universidades Estaduais.

## REQUERIMENTO N° 1300

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção, nos Anais

desta Casa, de matéria publicada no Jornal do Estado, sob o título "Sobre o leite derramado", de autoria do Dr. Joel Samways Neto.

A matéria aborda, de maneira clara e objetiva, situações que estão à espera de resposta das autoridades constituídas, como os acidentes de trânsito que redundam em tragédias e ficam impunes pela falta de legislação adequada. O alerta e a cobrança que ela contém, merecem a transcrição nos Anais da Assembléia, porque dizem respeito à segurança e ao bem-estar da sociedade civil.

Requer ainda, uma vez aprovado o presente, que do mesmo se dê conhecimento à direção do Jornal do Estado e ao jornalista autor da matéria.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 1304

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUEP à douta Mesa da Assembléia, a inserção nos Anais da Casa, do artigo publicado no Jornal "O Estado do Paraná", edição do dia 07.05.96, sob o título "Tem circo no céu?", de autoria do Deputado Algaci Túlio.

O artigo em questão retrata bem o mundo do circo e homenageia aqueles que exercem a difícil arte circense. No caso a admirável Família Queirolo que se viu privada, recentemente de um de seus membros, o artista Lafayette Queirolo.

Requer ainda, uma vez aprovado o presente, que se dê conhecimento à Família Queirolo, e bem assim ao autor do artigo.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) VALDIR ROSSONI

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 174/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - É obrigatório, a qualquer veículo automotor em trânsito no território do Estado do Paraná, o uso permanente dos faróis baixos ligados, inclusive durante o período diurno.

§ 1° - No período noturno, é obrigatório o uso de faróis baixos ligados no perímetro urbano.

§ 2° - No período diurno, é facultado o uso de faróis baixos ligados aos veículos que transitarem no perímetro urbano, com exceção de ônibus intermunicipais, motocicletas e aos que trafegam em rodovia estadual.

Art. 2° - O descumprimento desta lei,

importará em pena de multa, a ser regulamentado pelo Poder Executivo.

Art. 3º - O Poder Executivo expedirá no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta lei, decreto regulamentador.

Art. 4º - No mesmo prazo estipulado no artigo anterior o Poder Executivo promoverá campanhas educativas, discorrendo sobre a importância dos faróis acesos durante o dia e orientando a aplicação da lei nas rodovias no Estado do Paraná.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor em sessenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(aa) IRINEU COLOMBO

EDUARDO TREVISAN

#### JUSTIFICATIVA:

O Brasil tem sido um dos campeões mundiais em acidentes de trânsito. Dados do Ministério dos Transportes nos dão conta que no ano de 1995 ocorreram 95.499 acidentes nas estradas brasileiras, nos quais estiveram envolvidos 159.605 veículos.

Nestes acidentes morreram 7.090 pessoas, 18.343 ficaram gravemente feridas e 37.252 tiveram ferimentos leves. Dentre os mortos 1.917 eram pedestres que provavelmente não conseguiram visualizar o automóvel no momento da travessia da estrada.

Ao contrário do que muitos pensam a maioria desses acidentes ocorreu durante o dia, com tempo bom e em retas, 22,74% nas curvas e 9,18% nos cruzamentos. Os dados ainda nos informam que 61,03% destes acidentes aconteceram durante o dia e 38,97 à noite e, por fim, que 74,59% ocorreram com tempo bom, 22,26% com chuva e apenas 3,15% com neblina. De posse destes números o Ministério dos Transportes chegou a conclusão de que a principal causadora dos acidentes foi a falta de atenção dos motoristas, responsável por 36.602 casos, tendo como segunda responsável a velocidade incompatível, com 9.880 casos e os defeitos na pista e da sinalização foram responsáveis por 1.578 casos. Os custos destes acidentes é de aproximadamente R\$ 5 bilhões a cada ano.

Inspirado num projeto de lei semelhante que tramita na Assembleia Estadual do Rio Grande do Sul, do Deputado Onyx Lorenzoni, e por sugestão do Pastor Roberto Luís Schulz, passamos a estudar os benefícios dos faróis acesos durante o dia.

A proposta que apresentamos no sentido de tornar obrigatório o tráfego dos automóveis de qualquer categoria com os faróis

baixos acesos durante o dia nas rodovias do nosso Estado, objetiva exatamente fazer com que a atenção dos motoristas e pedestres seja maior. Experiência como essa já faz parte do cotidiano de motoristas de países como a Suécia, onde a lei obriga o uso dos faróis acesos vigora desde a década de 60, e Canadá, cuja lei vigora desde 94. Nestes países o uso do farol baixo ligado durante o dia é obrigatório inclusive nas cidades, e mais, os veículos já saem da fábrica com um dispositivo que aciona os faróis automaticamente ao se ligar o veículo. O resultado desta simples medida foi que nos países citados o número de colisões frontais caiu 15% e o de atropelamentos 20%.

O uso dos faróis ligados durante o dia aumenta em 60% a visibilidade do veículo. Isto se deve a alguns fatores:

- Os faróis acesos durante o dia ajudam os pedestres e os motoristas de outros veículos no cálculo da distância, da direção e na noção da velocidade.

- O corpo do veículo somente reflete a luz que incide sobre si, tornando muito baixo o Coeficiente de Intensidade Lumínica (CIL) para estimular a visão do motorista que vem em sentido oposto. Esta dificuldade de sensibilizar a visão do motorista é aumentada quando ele se encontra cansado e com muitas horas no volante. O farol aceso concentra um alto índice de CIL num único ponto, orientado em sentido reto à visão do outro motorista, causando uma perfeita percepção do veículo.

- A ação de ligar os faróis põe em guarda o motorista que prepara-se "para estar alerta à situação de riscos", nas vias públicas.

Os faróis resolveriam o problema desta situação hipotética: um motorista ao fazer ultrapassagem, estando cansado, com seus sentidos, especialmente a visão, não plenamente potencializados e tendo o céu nublado, não vê o outro automóvel em sentido contrário que tem cor escura, vindo a colidir.

Uma pesquisa canadense afirma que um automóvel pode ser visto com as luzes acesas durante o dia a uma distância de três quilômetros. O farol baixo ligado durante o dia chama a atenção mas não incomoda, e ainda ajuda pedestres e motoristas de outros veículos no cálculo da distância, da direção e da velocidade do veículo.

O Coordenador Nacional do Programa de Redução de Acidentes nas Estradas do Ministério dos Transportes, José Roberto de Souza Dias afirma que, seguramente o uso dos faróis acesos durante o dia diminuiria o número de atropelamentos em 50%. Segundo José Roberto, hoje em dia qualquer pessoa que trafegar com o farol baixo ligado durante o dia receberá um monte de avisos



de outros motoristas e também dos pedestres numa demonstração de que o automóvel está sendo visto e chamando a atenção de todos.

Na verdade é importante nos conscientizarmos que o ato de dirigir é uma atividade perigosa que coloca a vida de muitas pessoas em perigo, e o uso dos faróis ligados põe a todos em estado de "alerta". Por outro lado, é importante salientar que esta medida não importa em aumento de custos para o proprietário do veículo, uma vez que a bateria se autocarrega permanentemente com o simples funcionamento do veículo, e também é uma medida de fácil fiscalização.

O termo "faróis baixos" tem a mesma definição de "luz baixa", explicitado no Código Nacional de Trânsito, que é um "facho luminoso característico, emitido pelo farol principal e destinado a iluminar uma parte limitada da via à frente do veículo, sem causar excessivo ofuscamento aos outros usuários da via, principalmente aos que trafegam em sentido contrário".

Esta simples medida tem se revelado eficaz, minimizando os acidentes de trânsito, tanto que temos vários motoristas que voluntariamente usam seus faróis acesos durante o dia. Queremos criar o hábito e estender mais este instrumento de segurança no trânsito a todos os paranaenses, ponto que, além de ser da competência do Estado estabelecer política de educação para segurança do trânsito (arts. 23, XII da Constituição Federal e 12, XII da Estadual), é um direito constitucional do cidadão, pelo direito à vida.

Segue em anexo matérias da imprensa relativo ao tema.

Por todo o exposto, dada a importância do tema, esperamos o apoio de todos os nossos estimados companheiros Parlamentares a esta medida que pode evitar a perda de muitas vidas e assim ajudar nosso País a deixar de ser, o que muito nos envergonha e entristece, um dos campeões mundiais em acidentes no trânsito.

PROJETO DE LEI N° 175/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir um adicional de periculosidade, equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o salário dos motoristas e cobradores das empresas concessionárias de transporte coletivo, no Estado do Paraná.

Art. 2° - A regulamentação desta lei será feita no prazo de 90 (noventa) dias da sua publicação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A apresentação desta proposta tem por objetivo respaldar uma classe de trabalhadores que atende a população no seu dia-a-dia. Além dos riscos com acidentes de trânsito, há, ainda, o perigo dos assaltos.

Nossa Constituição Estadual em seu art. 7°, diz que: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social:

XVIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;"

Pelo acima exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 176/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Ficam alterados os Memoriais Descritivos da Lei n° 9.345, que criou o Município de Cafezal do Sul e da Lei n° 4.245, que criou o Município de Iporã, que passam a ser os seguintes:

Memorial Descritivo do Município  
de Cafezal do Sul

Tem como ponto inicial e final a foz do córrego Divisor ou Iretama no rio Xambê, divisando com o Município de Pérola; pelo rio Xambê acima divisando com o Município de Xambê, até a foz do ribeirão Peroba; pelo ribeirão Peroba acima, divisando com o Município de Umuarama, até a foz do córrego Ibiruba; pelo córrego Ibiruba acima, até sua cabeceira, daí pela linha de divisa entre os lotes 9 (inclusive) e 110 (exclusive) até a PR-86 (antiga); até a Estrada Ferro; pela Estrada Ferro ainda divisando com o Município de Umuarama, até o seu final; daí em linha seca até alcançar o ribeirão Jangada; pelo ribeirão Jangada até a ponte na Estrada Olaria-Imbé até o entroncamento com a Estrada Dr. Saldanha ou Estrada Divisora, divisando com o Município de Alto Piquiri; pela Estrada Dr. Saldanha ou Estrada Divisora, divisando com o Município de Alto Piquiri até o córrego Cantareira ou Mosquito, a partir daí divisando com o Município de Iporã pelo córrego Cantareira ou Mosquito acima, até a foz do córrego Mombuca; pelo córrego Mombuca acima até sua cabeceira; daí pela linha de divisa entre os lotes 222 (inclusive) e 221 (exclusive) até a Estrada Uru; pela Estrada Uru até o ribeirão Jangada; pelo ribeirão Jangada



acima até a foz do córrego da Onça, pelo córrego da Onça acima até a linha de divisa dos lotes 35 (inclusive) e 34 (exclusive), por esta linha de divisa até a Estrada Nívea; pela Estrada Nívea até a PR-86 (antiga); pela PR-86 (antiga) até a Estrada Divisa Byngton; pela Estrada Divisa Byngton até a linha de divisa dos lotes 1-M-1 (inclusive) e 1-M (exclusive), segue por esta linha de divisa até a linha de divisa dos lotes 3 (inclusive) e 2 (exclusive), segue por esta linha de divisa dos lotes 4 (inclusive) e 2 (exclusive), por esta linha até o córrego Divisor ou Iretama; pelo córrego Divisor ou Iretama abaixo, ainda divisando com o Município de Iporã até sua foz no rio Xambrê.

#### Memorial Descritivo do Município de Iporã

Partindo do rio Xambrê, segue a divisa entre Pedro Sela, confrontando com a Fazenda Santa Lúcia e Bassan, acompanha a divisa da Fazenda Pedro Sela com o Nilo até a Água Anhangabau, sobe a Água Anhangabau até encontrar o ponto de confrontação da Estrada Divisora Byngton com este córrego. Neste ponto vira a esquerda e sobe acompanhando a Divisora Byngton, cruza o asfalto segue até a Estrada Antiga Cedro-Guaiporã, vira a direita, segue até a Estrada Nívea; nesta vira a esquerda e segue em linha reta até encontrar o córrego da Onça; segue por este até o rio Jangada; neste ponto vira a direita e desce seguindo o mesmo até a ponte da Estrada Uru; nesta ponte, vira a esquerda, segue passando por dentro do Iverã e vai até a entrada Estrada Napoleão. Neste ponto, entra a esquerda no sentido Jangada, segue até a divisa dos lotes 220 e 221, neste ponto vira à direita e segue até o ribeirão Mombuca; segue por esta água até o córrego Cantareira (conhecida como Mosquito); desce por este até encontrar a ponte da estrada Lobato/ Dr. Saldanha. Neste ponto vira à direita e segue a divisora Dr. Saldanha que confronta com o Município de Brasilândia e segue até o Rio Piquiri.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

Em memorável reunião realizada na Câmara Municipal de Iporã, que contou com as presenças dos Senhores Prefeitos de Iporã e de Cafezal do Sul, Salvador Caetano da Silva e Moisés Mendes Sanches, e com a quase totalidade dos Vereadores dos Municípios de Iporã e Cafezal do Sul, ficou decidido que seriam alterados os Memoriais Descritivos de ambos os municípios, com o objetivo de melhor atender as populações

Curitiba, terça, em 13.05.96

de localidades que ficavam muito distantes de suas sedes, conforme ata em anexo.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos Senhores Deputados para aprovar essa justa reivindicação das populações de Iporã e Cafezal do Sul.

PROJETO DE LEI Nº 177/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Clube Amigos Alemães-Klub Deutsche Freunde, com sede e foro na Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) JOCELITO CANTO

#### JUSTIFICATIVA:

O Clube Amigos Alemães-Klub Deutsche Freunde, trata-se de uma associação de natureza social, recreativa e cultural, fundado em 04 de fevereiro de 1994, com sede e foro no Município e Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná à Rua: Bernardo Sávio nº 100, sem fins lucrativos e duração por tempo indeterminado. Tem como objetivos gerais: I - Congregar os associados; II - Manter intercâmbio cultural entre Brasil e Alemanha e Defender todos os direitos dos Associados. Dentro destes princípios referido clube vem cada vez mais promovendo, divulgando em nosso país a comunidade de Ponta Grossa. Prova se faz com o relatório de atividades dele aqui acostado, que entre atividades encetadas e promovidas constam as seguintes: desde março, vem através de seu grupo folclórico promovendo a atividade PROEX, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, com início às 15:00 horas e término às 18:00 horas, todos os domingos; viagem de conhecimento ao Instituto Goethe, com sede nesta Cidade de Curitiba e a alguns pontos turísticos da mesma cidade, onde participaram 118 alunos. Sendo que deles, por falta de recursos econômicos, 21 foram agraciados pela gratuidade; mantém em funcionamento a biblioteca do clube, que atende principalmente os alunos do CELEM/Ponta Grossa, bem como a comunidade ponta-grossense; participação no desfile na festa tradicional da cidade denominada München Fest; organizou e foi responsável pela formatura dos alunos do CELEM, que aconteceu na Universidade Estadual. Atualmente solicita junto à Universidade Estadual, a inclusão e implantação da língua alemã como opção em seu vestibular.

Em razão das alegações acima, mais outras tantas que referido clube promove em favor da comunidade, é que propomos o pre-

sente projeto de lei, para apreciação de V. Exas., que com toda certeza receberá aprovação, para transformar referida entidade como de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 178/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação da Casa Familiar Rural de Posário do Ivaí, com sede e foro na localidade de Campineiro do Sul, Município de Posário do Ivaí, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.96.

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

A Associação da Casa Familiar Rural de Posário do Ivaí, tem um caráter familiar e sua duração é ilimitada.

Sua sede social é Campineiro do Sul, Município de Posário do Ivaí, podendo ser deslocada por simples decisão do Conselho de Administração.

A área de ação, para efeito de admissão de associados abrange o Município de Posário do Ivaí.

A Associação tem como objetivos fornecer as famílias que dela são membros, possibilidades de:

1 - Exercer seus direitos e assumir suas responsabilidades, notadamente no que diz respeito à educação, formação profissional geral, moral e social dos jovens que freqüentam a Casa Familiar Rural, bem como a educação espiritual correspondente às opções de cada família;

2 - Realizar a criação, a gestão e a responsabilidade legal, moral e financeira de uma ou várias Casas Familiares Rurais;

3 - Assegurar eventualmente a possibilidade de realizar todas as atividades que tem caráter educativo social e familiar.

A Associação adota para criação e funcionamento da Casa Familiar Rural, os seguintes meios e métodos:

1 - A organização dos pais em associações responsáveis pela Casa Familiar Rural;

2 - A distribuição de rapazes e moças em grupos de 12 a 25 alunos aproximadamente, por sessão e em internato na Casa Familiar Rural;

3 - A prática de alternância do tempo de formação dos jovens, de duas semanas na casa da família e uma semana na Casa Familiar Rural;

4 - A Associação poderá adquirir ou alugar terrenos e locais necessários à realização dos projetos da Associação, bem

como pedir emprestado ou emprestar somas, igualmente necessárias à concretização deste projeto, e igualmente assinar convênios com órgãos federais, estaduais, municipais e entidades filantrópicas, visando a manutenção da Casa.

Cabe ressaltar aqui que a Casa Familiar Rural foi criada através da Lei nº 10.442, de 30 de agosto de 1993, Projeto de Lei nº 112/93, de nossa autoria e que a Associação da Casa Familiar Rural foi instituída para assegurar os direitos e deveres das atividades oriundas da implantação do projeto.

Exposto isto e considerando que a Associação em pauta vem cumprindo com o objetivo para o qual foi constituída, nada mais justo que seja reconhecida de Utilidade Pública Estadual, para cuja proposição conta o Parlamentar com o apoio de seus Pares com assentamento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao 1º Orador inscrito, Deputado Irineu Colombo, que falará do Plenário em uma Questão de Ordem de Apresentação.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, conforme acordo com a Mesa Executiva e muito especialmente o Deputado Anibal Khury e S.Exa. Deputado Luiz Carlos Zuk, mui digno Presidente desta Sessão. Nós apresentamos aqui a palavra do representante dos servidores e funcionários da esfera Federal, que farão uma explanação à sociedade Paranaense através desse Parlamento, da situação e mobilização que envolve o movimento paredista, esse ato que ocorre com todos os servidores federais.

Participam nesta tarde nesse plenário os senhores servidores do CEFET Paraná, da Universidade Federal do Estado do Paraná, da Previdência, da Fundação Nacional de Saúde, do INCRA, do IBAMA, do IEGF, da DFT, do DEMEC, técnicos e auditores fiscais da Receita Federal e outros servidores que estão num processo de movimentação nesse Brasil, para que a agenda Nacional não se volte somente para as questões dos ruralistas, do banco Econômico, mas que se volte acima de tudo, para o povo e no contexto do povo àqueles que servem o povo, assim como eu, servidor público federal tem que ter um tratamento digno quando se trata de salário, quando se trata de políticas públicas voltado para o interesse da maioria da população brasileira.

Portanto, quero apresentar Senhor Presidente, o Professor Juarez Poletto, que vai usar a palavra, que é o Professor do CEFET, que falará em nome dos servidores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra por acordo já feito no Pequeno Expediente ao Sr. Juarez Poletto, pelo espaço de cinco minutos, que falará em nome do CEFET-PR, CEFET esse que orgulha Ponta Grossa, Cidade aonde eu e o Deputado Plauto, Deputado Jocelito, Deputado Péricles, tem a sua base eleitoral e traz a nós realmente um orgulho como diz o Deputado Luiz Carlos Alborghetti a todo o Estado do Paraná a sua organização.

O SR. JUAREZ POLETTTO - "Sr. Presidente da Mesa, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores:

Inicialmente gostaríamos de agradecer a oportunidade que é concedida a nós servidores públicos federais no Paraná de fazermos uso da Tribuna desta Casa.

Falamos aqui em nome dos professores e servidores técnico-administrativos do CEFET-PR, mais também representando os companheiros da Universidade Federal do Paraná, da Previdência, da Fundação Nacional de Saúde, do INCRA, do IBAMA, do IEGE, da DFI, do DEMEC, dos Técnicos e Auditores Fiscais da Receita Federal enfim todos servidores que juntamente conosco estão nessa luta.

Desde o dia 16 de abril passado, os servidores públicos federais iniciaram uma greve nacional unificada. A greve está sendo o recurso utilizado pela categoria, após inúmeras tentativas frustradas de negociação de uma Pauta de Reivindicações protocolada junto ao MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado em dezembro de 1995. O movimento conta com a participação dos diversos setores do funcionalismo, tendo uma adesão de cerca de 300 mil servidores em todo o país. No setor educacional, das 51 Instituições Federais de Ensino Superior, compreendendo Universidades e CEFET's, temos, no momento, 43 em greve.

Quais seriam as razões da greve dos servidores públicos federais? Se a motivação fosse apenas o reajuste salarial, ela já seria justificada: estamos há 16 meses sem reajustes e com uma defasagem salarial de 46,19% referentes à inflação de janeiro a dezembro de 1995.

A data-base dos servidores públicos federais - acordada para janeiro de 1996 - não foi respeitada pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas, não se trata somente de reajuste salarial; a nossa greve se sustenta na luta contra a política de sucateamento e desmonte dos serviços públicos, em defesa da Previdência Pública e dos direitos sociais dos trabalhadores ameaçados pelos projetos de reformas conduzidos pelo governo FHC.

Em nome de uma propalada modernidade, que na verdade procura submeter a nação

brasileira aos ditames do famoso Consenso de Washington, (política oficial de reordenamento dos blocos econômicos imposta pelo FMI e Banco Mundial).

O governo FHC institui um modelo perverso desencadeador de monstruosa recessão, provocando o aniquilamento de setores produtivos da indústria e da agricultura do país, elevando o índice de desemprego e aumentando vertiginosamente a exclusão social no Brasil.

Este modelo que tem por base a tese de Estado mínimo e lucro máximo; pressupõe; a privatização do patrimônio público, a desregulamentação da economia e das atribuições sociais do Estado, retirando-o do papel de regulador das relações capital - trabalho e a flexibilidade dos direitos sociais dos trabalhadores, com o fim de mecanismos de proteção ao trabalho, consagrados universalmente.

Esta política neoliberal destinada ao Brasil é congênere àquelas implantadas em outros países da América Latina e que têm levado a crises agudas, como o México e a Argentina, desencadeando reações cada vez mais intensas de resistência e enfrentamento por parte de suas populações.

Neste momento, no Brasil, é urgente uma reação de fato clara e enérgica não só do sindicalismo, mas de todos os movimentos sociais organizados da sociedade civil, dos excluídos, das igrejas e dos partidos políticos, com o objetivo de frear o desmantelamento das políticas sociais e de pôr fim aos ataques aos direitos sociais dos trabalhadores e de toda a população.

É por essa razão fundamental que os servidores públicos federais partiram para o enfrentamento e estão em greve.

Paralelamente, o governo federal faz a propaganda da estabilização. É importante a estabilização monetária, reconhecemos, porém, que o custo da mesma não pode ser o desespero do desemprego e da exclusão social para milhões de brasileiros, enquanto mantêm-se intocáveis os privilégios das elites.

Recente matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo do dia 07 do corrente mês traz dados do próprio Ministério da Fazenda que atestam que a manutenção da propalada estabilização é artificial e dá-se ancorada em basicamente três fatores: arrocho salarial, redução dos gastos com políticas sociais e manutenção de elevadas taxas de juros.

A matéria publica a estrutura dos gastos federais e compara os valores realizados no primeiro trimestre de 1996, com os mesmos itens referentes ao ano de 1995, onde destacamos claramente a elevação dos gastos com juros e a redução dos mesmos para salários e serviços públicos.

Curitiba, segunda, em 13.05.96

Item da	Jan. a Mar./95	Jan. a Mar./96
Despesa	% da rec. líq.	% da rec. líq.
Gastos com		
Pessoal	43%	40%
Saúde	10%	7%
Juros reais líquidos	9%	13%

A manutenção das taxas de juros em níveis elevados, utilizadas como fator de atração para capitais especulativos internacionais e como medida de retenção de consumo interno, tem sido a responsável pelo vertiginoso crescimento da dívida interna do país, que mais do que duplicou no mesmo período em análise. Se o Sr. Ministro Bresser Pereira estivesse ainda dirigindo a empresa Pão de Açúcar e tivesse uma dívida enorme com os bancos, e se ele fosse perguntado: "O Sr. quer que a sua dívida seja paga com taxa de juros alta ou baixa?" Ele, como qualquer um não hesitaria e responderia: "taxa de juros baixa".

Entretanto, o governo que tem uma dívida altíssima, mantém a troca de uma falsa estabilização, uma taxa de juros estratosférica, patrocinando assim a sua própria falência.

Ironicamente, os mesmos que agem dessa forma e patrocinam o endividamento da nação, afirmam: "O Estado brasileiro está falido, não há verbas para saúde, para educação, para os salários dos servidores públicos, o salário mínimo e as aposentadorias têm que ser reajustadas para valores abaixo do índice de inflação; caso contrário quebrarão Estados, Municípios e a Previdência; precisamos privatizar, etc. etc."

Dessa forma, e sustentado por uma grande campanha de mídia que desinforma os cidadãos do nosso país, o governo FHC transforma as empresas públicas, os serviços públicos e os servidores públicos federais, estaduais e municipais nos grandes vilões da história nacional, pregando a sua extinção pura e simples como remédio para todos os males da nação.

Porém, a grande verdade é que nesses 16 meses de governo, FHC estabeleceu a recessão, elevou o desemprego, manteve o arrocho salarial, socorreu com bilhões banqueiros falidos, utilizou o exército para reprimir trabalhadores em greve, não priorizou a reforma agrária, alterou a legislação sobre as terras indígenas reabrindo prazos para questionamentos judiciais, e manteve-se submisso aos interesses dos EUA

ao bancar a aprovação da Lei de Patentes e do Projeto SIVAM.

No que se refere à educação o governo pratica um discurso demagógico. Coloca um falso antagonismo entre o ensino técnico e superior em comparação com o ensino fundamental. Que o país precisa dedicar-se ao ensino fundamental, todos concordamos, porém é falso dizer que a solução para isto é abandonar o ensino técnico e o ensino superior à privatização e ao desamparo de verbas mínimas para a sua sustentação. Primeiro, porque ainda que todos as verbas hoje destinadas ao ensino técnico e superior fossem aplicadas no ensino fundamental, este montante não significaria mais do que cinco por cento do que é gasto hoje com o ensino de primeiro grau, portanto, muito longe, insignificante mesmo, diante dos enormes desafios colocados. Segundo, porque abandonar a Universidade, o ensino técnico, o desenvolvimento científico, tecnológico e as ciências sociais, seria ao mesmo tempo abdicar da soberania da nação, construção do conhecimento, e da própria formação e capacitação de professores, elemento chave para a recuperação do atraso educacional em que o país foi mergulhado, vítima das políticas sociais de exclusão que marcaram a nossa história.

Neste sentido, as reformas propostas para a educação não dão conta de resolver os problemas do país nesta área. O Projeto da nova LDB é privatista e centralizador, além de rebaixar a qualificação e graduação dos professores; O Projeto de Emenda Constitucional PEC 233 retira obrigações do Estado para com o ensino de nível médio e atenta contra a autonomia da Universidade; e o Projeto de Lei 1603/96, que trata da reforma do ensino técnico, coloca o país na contramão da história, na medida em que retira os currículos de formação geral, científica e humanística dos cursos técnicos, reduzindo-os a mero treinamento de mão-de-obra atrelado a interesses imediatos do mercado de trabalho.

Quantas vezes ainda o nosso país precisará estar no pódio de campeão das desigualdades sociais para que os governantes desta nação voltem os olhos para a imensa pobreza que se abate sobre a maioria de nossa população?

Por quantas vezes precisaremos bater o recorde mundial de pior distribuição de renda para que os governantes desta nação adotem como prioridades, na prática e não somente em discursos, políticas de salário e emprego que garantam vida digna aos seus habitantes? Por quanto tempo estaremos na frente dos que menos gastam com educação e saúde? Quantos Chico Mendes ainda precisarão tomar, quantos Carandirus, Corumbiarras e Eldorados dos Carajás precisarão existir?

Senhores Deputados, a razão de nossa vinda hoje ao Plenário da Assembléia Legislativa, transcende em muito o interesse imediato dos servidores públicos federais.

Pelo contrário, nossa luta está inserida em toda uma resistência da nação pela cidadania plena para todos e não para apenas uma parte de nossa população. Daí, a necessidade e centralidade da luta pela sobrevivência, manutenção e fortalecimento dos serviços públicos e das políticas sociais.

Vimos, respeitosamente expressar a razão de nossa luta, analisar os fatos fundamentais da conjuntura na qual ela se insere, e solicitar a solidariedade de Vossas Senhorias, no sentido de pronunciarem-se e interferirem em defesa dos serviços públicos e da abertura de negociações entre o governo federal e os servidores públicos em greve.

Muito obrigado".

Sindicato dos Docentes do CEEFF - PR.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, Deputado Luiz Carlos Zuk, Srs. Deputados, a Lei n° 8630, aprovada no Congresso Nacional que diz respeito a modernização das atividades portuárias em todo o Brasil, teve um dos seus pressupostos na constituição do Ogmo, do Organismo Gestor da Mão-de-Obra, de toda orla portuária do nosso país, uma lei que foi fruto de muito trabalho, muita discussão por parte dos congressistas, de todos os representantes, tanto os empresariais, quanto dos setores dos trabalhadores do Brasil inteiro, um dos pressupostos para a constituição do Ogmo era de que exatamente os trabalhadores avulsos, isto é, os estivadores, os arrumadores, pudessem, como condição para introdução do Ogmo, que é um organismo tripartite, composto de empresários, de trabalhadores e das autoridades portuárias, no que diz respeito a regulamentação e aplicação dos dispositivos da legislação para contratação de mão-de-obra, a realização dos contratos coletivos de trabalho, isto é a categoria dos avulsos em todo o Brasil teria minimamente os seus direitos garantidos em todos os Portos brasileiros.

No entanto, por uma pressão por parte dos empresários vem sendo desrespeitado este artigo constitucional da Lei n° 8630, votada no Congresso Nacional brasileiro.

Em Paranaguá não tem sido diferente. Os empresários passando por cima da legislação e da própria Constituição estão criando um clima hoje na Cidade de Parana-

guá absolutamente um clima desconfortável para o conjunto da população obreira daquela cidade. E ao perseverar essa atitude dos empresários da orla marítima no Estado do Paraná, conflitos hão de ocorrer, conflitos que nós não podemos dizer quais as conseqüências. Os trabalhadores, os estivadores, os sindicatos dos portuários, trabalhadores na faixa portuária, vêm a esta Assembléia Legislativa requerer o apoio dos Srs. Deputados, no sentido de que as negociações entre os trabalhadores, as autoridades portuárias e os empresários possam se dar num clima aonde o consenso possa ser estabelecido. Lamentavelmente não tem este o sentimento de várias partes envolvidas nesta negociação.

Neste sentido estou apresentando um requerimento para ser enviado ao Sindicato dos Estivadores de Paranaguá e de Antonina emprestando apoio de ampla maioria dos Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que já subscreveram de que se faça um apelo no sentido de que a implantação do Ogmo seja de acordo com o que prevê a Constituição, seja garantindo os direitos dos trabalhadores portuários e avulsos do nosso Porto de Paranaguá e os direitos também dos empresários e das autoridades portuárias.

Neste sentido venho requerer aos Senhores Deputados que aprovem o requerimento que está subscrito por ampla maioria dos Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Uma outra coisa, Sr. Presidente, será objeto do meu discurso de amanhã, que diz respeito a um ato que foi noticiado na imprensa da nossa cidade. Alguns jornais noticiaram, outros não noticiaram. É algo muito difícil de ser tratado, mas eu não poderei me furtar de vir a esta tribuna no dia de amanhã a tratar deste assunto aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, porque estou ficando cada vez mais indignado com a condução que vem se dando a algo que para mim era de início apenas um litígio trabalhista e está assumindo proporções que eu acho que estão deixando o conjunto da população do Estado do Paraná, principalmente homens de bem, preocupados com o rumo das coisas deste fato. O fato que me refiro; Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a respeito de uma reclamatória trabalhista impetrada por um advogado que pertenceu ao escritório de advocacia do ilustre advogado Penê Dottl, conhecido da sociedade paranaense e um dos melhores professores, um dos melhores juristas do nosso país.

O que me preocupa, Senhor Presidente, é que afora a questão de uma reclamatória impetrada pelo advogado que rompeu a sociedade com o Penê Dottl, que não o co-rheço, aliás a minha amizade, o meu ca-



rinho é com o professor René Dotti com quem tenho ligações profundas de amizade não só minhas mas da minha família, mas estou preocupado com os rumos deste fato. Assisti agora pela imprensa de que a casa do professor René Dotti teria sido alvo de um atentado, e supostamente o vigia que é um funcionário do Estado, pertencente aos quadros da Polícia Militar, teria sido atingido por arma de fogo. Até agora não vi ainda o depoimento deste senhor e tão pouco vi os ferimentos deste policial militar e gostaria também de saber o que faz um policial militar na casa do Senhor René Dotti. Parece-me que isto também precisa ser explicado. Mas o que é mais estranho, o Secretário de Segurança Pública que mora perto da casa do jurista René Dotti, compareceu ao local 5 minutos depois do atentado ocorrido na casa do Senhor René Dotti. O que é mais estranho é que foi constituído um inquérito e o Delegado da Furtos e Roubos é quem está presidindo o inquérito e o Delegado da Furtos e Roubos sem sequer ouvir ainda o acusado da pretensa ameaça de morte, que seria o advogado que está fazendo uma reclamatória trabalhista ao René Dotti, declarou na imprensa, na televisão na semana passada, de que ele não tem dúvidas de que o advogado Rodolfo é o mandante do atentado e tem culpa no cartório. De que ele quer dinheiro a todo custo, uma coisa assim.

Se o Delegado que vai presidir o inquérito já está com a opinião formada, pré-determinada, aliás eu não sei porque o Delegado da Furtos e Roubos está presidindo este inquérito. É um Delegado especial e não sei porque este senhor está presidindo este inquérito em especial. Ainda mais, é de a justiça do Paraná através do Juiz, não tenho o nome dele aqui, das varas de Execuções Criminais, expediu um mandado de prisão preventiva ao advogado Rodolfo Hei. Eu me preocupo muito, eu não sou nenhum jurista mas eu tenho sentido que a classe jurídica do Estado do Paraná toda, sem exceção, está estupefata com o arbítrio com que está se cometendo em relação a este caso. Então, de uma reclamatória trabalhista, já evoluiu para um atentado na casa do Professor René Dotti e uma aberração jurídica está se cometendo ao decretar a prisão preventiva de um advogado com domicílio em Curitiba, conhecido, trabalhando, curso superior, pertencente à Ordem dos Advogados. Paira sobre ele uma suspeita de que teria sido o mandante de um atentado à casa do professor René Dotti. Não há motivo nenhum, não há prova nenhuma e no entanto um juiz de direito determina que este rapaz seja preso preventivamente. Além disso há um outro problema, o mandado de segurança contra este pedido de prisão preventiva foi impe-

trado no Tribunal de Alçada e o Tribunal de Alçada julgou-se incompetente para julgar este pedido por que se trata de crime, mas ora, o rapaz não é acusado de crime nenhum, não há nenhuma prova que este advogado cometeu qualquer deslize contra a ordem pública no Estado do Paraná. Então me preocupa de que o professor René Dotti, não quero entrar no mérito do problema trabalhista, mas me preocupa que a justiça do Estado do Paraná e o poder da segurança pública, Deputado Alborghetti, esteja sendo..., eu sei do prestígio que o professor René Dotti tem na sociedade paranaense mas eu não posso assistir a isso que está acontecendo de forma calada. A indignação não é do Deputado Angelo Vanhoni. A indignação é de profissionais da Ordem dos Advogados do Estado do Paraná, isto é, advogados, isto é, do Ministério Público, de juizes de direito enfim dos cidadãos que têm o mínimo de consciência da manutenção do estado de direito no nosso Estado.

Não posso acreditar nos indícios que estão acontecendo em relação a esse caso, de que a Justiça junto com a Secretaria de Segurança Pública estejam favorecendo uma certa visão e versão de determinado fato, que no meu entender é uma briga trabalhista e pode evoluir para algo que não deseja a nenhum de nós. Amanhã vou tratar desse assunto com pormenores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente, concedo no Grande Expediente a palavra ao Dr. Florisvaldo Fier.

O DR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, Senhora e Senhores Deputados, companheiros e companheiros professores e funcionários do CEFET.

Nós, trabalhadores deste País temos que nos organizar em Sindicatos, em Entidades Classistas para lutar pelos nossos interesses e direitos.

Os trabalhadores do serviço público que nunca tinham gozado de direito e de organização sindical até 1988, começou a organizar-se em Sindicatos, em Entidades Classistas, e a partir daí começou a enfrentar a ditadura dos nossos governantes e administradores. Geralmente governantes acostumados a ditadura militar e muitos deles oriundos dos Partidos que apoiavam a ditadura militar, não permitiam a organização sindical dos seus servidores públicos.

E nós servidores tivemos que ter muita força de vontade e muita disposição para os sindicatos se organizarem, e foi assim que aconteceu com vários servidores desse País afora e especificamente eu quero dizer, de nós servidores públicos, da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Eu que fui dirigente daquele sindicato do SISMUC, sei o quanto nos custou para ter a nossa organização, para lutar pelos nossos direitos.

Durante a administração de Roberto Requião organizada em associação, tivemos os descontos de nossas mensalidades canceladas, e esperávamos que quando viesse a se tornar sindicato isso seria coisa do passado e não mais ocorreria.

No início da gestão do atual Prefeito Rafael Greca, que muitas vezes nessa Casa ocupou a tribuna e hoje eu sei que ocupava em caráter demagógico, para defender o servidor público, no momento em que pode executar, que está no Poder Executivo contraria todos os seus discursos, e precisou pouco tempo para verificar, pouco tempo que eu digo, foram 2, 3 ou 4 anos para verificar que era demagogia, quando ia para a tribuna defender "Direito de servidor".

Recentemente os servidores do Município de Curitiba tiveram uma reposição salarial de 5% grande fortuna na data base. Por descontentamento nós servidores municipais fizemos manifestações públicas para dizer o quanto é baixo o salário, o quanto é miserável o reajuste. Que as vezes se pensa que se ganha muito e sempre eu digo: o meu salário se estivesse na ativa na Prefeitura de Curitiba, que estou licenciado com 16 anos, seria de cerca de 540 reais por mês, de médico, 16 anos, os melhores salários.

Os servidores públicos do município foram para a rua para protestar na defesa dos seus direitos, e na ocasião, mostrar à população curitibara qual foi o comportamento de alguns Vereadores, ao votar, falta de interesse dos servidores naquela Câmara, tornaram isso público.

Pois bem, Srs. Deputados, e companheiros, e companheiras servidores públicos, o acordo entre as partes o Sindicato tinha cinco liderados, trabalhando no Sindicato, alegando agora falta de pessoal, após a manifestação pública como punição não permite mais que esses companheiros permaneçam a serviço do Sindicato, permitindo única e exclusivamente, que continue nesta situação o Presidente, daquela entidade, do Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba.

Os Dirigentes Sindicais, procuram a Secretaria Municipal do Governo, Maria Tereza Bonato de Castro, e mais o Secretário Municipal de Recursos Humanos, Alcides Humberto Bertinato, e procuram com eles diálogo, só que o diálogo não existe, não são atendidos. E essa é a prática daqueles Governantes que não sabem trabalhar com democracia. Que não suportam Oposição. É a prática dos Governantes como Rafael Greca de Macedo, que veio da antiga Arera, que sustentava a ditadura militar em nosso

País.

Essa prática, esse passado dele, faz com que hoje, ele não consiga acompanhar o discurso nacional do Partido ao qual ele pertence, o PDT (Partido Democrático Trabalhista) que está a nível nacional em um comportamento de respeito às Lideranças Sindicais e as Entidades Sindicais.

Mas, a história de Brizola, não pode ser confundida com a história de Rafael Greca de Macedo. A história de um lutador como o Ex-Governador Brizola, não pode ser confundida com o passado de elite do atual Prefeito de Curitiba.

Por isso, o nosso protesto, e o nosso apoio e solidariedade a todos os servidores públicos que lutam pelos seus direitos, e muitos deles são vítimas de Governantes, e vítimas da mídia a serviço desses Governantes na qual transmitem aquilo que desejam, e aquilo que acham que eles podem falar, e na maioria das vezes é mentira, deformando toda a realidade brasileira na qual se encontra, hoje, o serviço público, sucateado e de péssima qualidade. Não por culpa de nós servidores públicos, mas sim por culpa dos administradores e governantes incompetentes ou aqueles que fazem do Estado, um instrumento de uso para sua classe social, para a elite brasileira.

Aqui nós queremos deixar a nossa solidariedade aos servidores, e o nosso protesto a esse tipo de governantes.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças, PT; PTB; PDT; PSDB; PFL; PPB

(Todas Declinam)

PMDB, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Só gostaria de registrar, presença nesta Casa do nosso companheiro de Bancada Federal, Deputado José Janeli (?) que nos dá a honra de participar dessa Sessão aqui.

Gostaria de registrar a presença do nobre Parlamentar, e agradecer pela oportunidade de termos de passar esta tarde com a sua visita nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente associado com a Mesa Executiva, nós reforçamos o que assiduamente e semanalmente o ilustre Deputado José Janeli, que traz à nós a representação na Câmara Federal dos interesses do Paraná, e sempre tem se postado na defesa intransigente dos interesses paranistas.

Concedo a palavra, ao ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli.



O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna nesta tarde, Deputado Pessuti, para trazer ao conhecimento desta Casa, fatos extremamente graves que estão ocorrendo na gerência do Estado do Paraná.

E eu antes de entrar, Deputado Rosinha, no nosso assunto específico, queria fazer um registro, Deputado Rossoni, para que V.Exa. leve ao Governador uma preocupação, que deve ser de todos os paranaenses. Porque está aí o Governo Estadual gastando milhões e milhões de reais, para promover a vinda da fábrica da Renault do Paraná.

Estava lendo a coluna, hoje, Deputado Algaçi Túlio, na coluna do Zózimo, segundo se diz, um dos mais informados columnistas e diz lá: "A Renault acaba de escolher São Paulo para instalar a sua subsidiária brasileira, para a venda de veículos - a Renault Comercial do Brasil". Ou seja, a grande parte rentável da Renault está ficando em São Paulo, que não é a produção de veículos, é a venda de veículos. Vejam bem, que fato grave, se esta nota for verdadeira.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que me traz à tribuna, nesta Casa, é de encaminhar um requerimento, como membro titular que sou da Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Comissão, que é verdade, não tem tido nos últimos anos uma atuação que possa se destacar. Ao contrário, nos últimos dois anos, pelo menos, ou no último ano, eu diria desta forma, o Deputado Túlio Genari nunca convocou esta Comissão. Vossa Excelência tinha outras tarefas para fazer e por isso, é claro, não convocou a Comissão. Mas agora, nós temos a frente da Comissão um Deputado jovem, com vontade de trabalhar, que é o Deputado Eduardo Trevisan.

Por isso, trago a esta Casa, ao conhecimento dos Senhores Deputados este requerimento, que se pede a instalação de um procedimento investigatório, no que está acontecendo em relação à locação de veículos, por parte da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Ocorre, que o atual titular desta Pasta, o famoso Dr. Cândido, que já deveria há muito a polícia também se preocupar em esclarecer, Deputado Vanhoni, o atentado que o Secretário Cândido sofreu e que até hoje não vimos um único e sequer esclarecimento a cerca de qualquer suspeita, senão, é claro, o pobre motorista que levou aqueles tiros e quase que foi, na verdade, baleado.

Queria questionar, que política é esta de gerenciamentos de recursos públicos, quando se vê na verdade, contratos com empresas locadoras, que são altamente vantajosos para estas empresas. E tenho aqui,

Senhor Presidente, Senhores Deputados, as faturas referentes ao pagamento de veículos de duas locadoras. Pagamento que ocorreu em serviços prestados entre 1º e 31/04, próximo passado, porque foi, na minha avaliação, um ato lesivo ao interesse público. Senão vejamos, se pagou pela locação de cerca de duzentos veículos quatrocentos e setenta mil reais por mês, Deputado Florisvaldo Fier, o contrato que essas locadoras têm com o Estado do Paraná com essas empresas, segundo as informações que disponho é de vinte e quatro meses. E uma informação que esta Comissão deve investigar, é que também foram feitas operações de "leasing" casadas com as locações dos veículos. E para a surpresa de todos nós, os veículos que são locados, aliás, vi vários, aqui, nas garagens da Assembleia, até, são veículos de luxo, veículos Santana Quantum, Santana Pointer, importados, Golfs, carros que parecem até uma desova de alguém que tinha muito carro da marca Volkswagen e que queria vender esses carros e montou uma operação também aí na verdade, uma ação entre amigos para beneficiar alguma empresa que queria vender os carros.

Muito bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, mas o que ocorre - eu, num simples telefonema entrei em contato com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, e o Governo Mário Covas, Deputado Ricardo Chab, Governo Tucano, lá em São Paulo, Deputado Vanhoni, a polícia não aluga veículos, não faz locações, a Polícia de São Paulo, só a Polícia Militar hoje, tem uma frota de 9.550 veículos, nenhum veículos Gol, modelo 1.6, um veículo com giroflex, já preparado para a polícia, pintado nas cores da polícia. Compraram esses carros agora, 121 carros por 15.404,00 (quinze mil, quatrocentos e quatro reais).

Muito bem, vejam que negócio fantástico é esse, esses contratos já estão vigindo desde julho do ano passado e dezembro, no mês de julho a 11 de dezembro. Muito bem, daria para comprar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, 22 mil veículos por mês, só com as faturas que tenho aqui na minha mão, se ao invés de locar esses veículos, comprasse veículos econômicos, veículos que na verdade servem às estradas paranaenses, que servem na verdade a nossa polícia, a polícia do interior do Estado e a Polícia da Capital, é claro, afinal de contas, para que automóveis importados e luxuosos?

E o pior de tudo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que esse princípio que nós tanto aqui debatemos e discutimos - e me surpreendo muito que um ex-Conselheiro do Tribunal de Contas, que é o Secretário da Segurança Pública, que sabe

que um dos princípios que devem reger a contratação de serviços equipamentos e bens pela Administração Pública é o princípio da economicidade, é da boa gestão da economia pública.

E aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, há evidências claras do rompimento do artigo 74, ele é na verdade um ataque frontal ao artigo 74 da Constituição Estadual, que garante o princípio da economicidade na gestão dos negócios públicos.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou apresentando este requerimento, um requerimento embasado no Regimento Interno desta Casa, e esta Casa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ela não pode se abaixar e ficar sempre pedindo providências ou ao Tribunal de Contas, ou a Procuradoria Geral da Justiça, esta Casa tem instrumentos para que se possa chamar aqui as autoridades que de forma irresponsável gera dinheiro público. Vamos exercer o nosso mandato de Deputado em sua plenitude, não vamos recorrer a nenhum outro Poder, vamos fazer com que a nossa Comissão de Fiscalização, que é presidida hoje, pelo brilhante Deputado Eduardo Trevisan, que esta Comissão que é composta pelo Deputado Florisvaldo Fier, por mim mesmo e por outros Parlamentares, possamos nós fazer este procedimento investigatório para ver quais são as razões da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, jogar dinheiro público pela janela, para usar uma expressão comum, jogar o dinheiro pelo "ladrão", porque seguramente não é o interesse público que está sendo garantido aqui na ação do Secretário de Segurança Pública.

O Sr. Dr. Rosinha (Aparte) - Acho que primeiro só uma correção, Vossa Excelência talvez fosse delicado um pouquinho com o Deputado Dúlio Genari, ele convocou uma vez a reunião em um ano da Comissão de Fiscalização. Mas não serviu para nada também. A segunda questão que acho que é importante que essa Comissão passe a funcionar efetivamente cumprindo o Regimento Interno dessa Casa. Agora que trouxe a questão do carro não é só esta Secretaria que tem carros locados, várias Secretarias têm carros locados. Agora entrou na questão da prestação de serviços por informática, veja o caso do DETRAN, que tem frota própria, mas que largou no terreno a frota própria e locou da COTRAN também o próprio DETRAN tem carro locado, e locou acima da capacidade, que o número de motoristas que têm para trabalhar, porque não foi o motorista, só foi locado o carro lá no DETRAN. Quer dizer, é importante que essa Comissão realmente funcione, que ela seja convocada, que possamos começar pela frota de

carros locados hoje no Governo do Estado, para depois avançar em outras áreas, como essa da informática, na qual fui mexer esses dias atrás e constata-se por um milhão e duzentos milhões nós pedimos uma CPI no Porto de Paranaguá e por 36 milhões no DETRAN a gente tem que fazer alguma coisa, não dá para ficar quieto e cabe a essa Comissão as verificações. Tem todo o apoio nosso a esse requerimento solicitando a convocação da Comissão e o mais rápido, mais urgente possível, têm todo o nosso apoio e estaremos presentes.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Apenas para concluir Senhor Presidente, na verdade quero com isto garantir que a nossa Comissão de Fiscalização, que esta Casa aqui readquiria às suas prerrogativas que renunciou no passado, que investigue com serenidade, mas com firmeza a nova extração de dinheiro público. Porque fica sempre uma pergunta aqui, e gostaria de deixar uma pergunta no ar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é má-fé ou é burrice; é impropriedade administrativa ou incapacidade no gerenciamento do Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra a Liderança do Governo, Deputado Algaci Túlio.

O SR. EDSON DA SILVA LINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero registrar a presença do ex-Prefeito de Faxinal e seu genro, o nosso companheiro Juarez Barreto de Macedo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente associada pelo ilustre Deputado Edson, a presença do ex-Prefeito que aqui nos honra com a sua presença. Com a palavra, o Líder do Governo, Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvimos o pronunciamento do Deputado Luiz Claudio Romanelli, e também ficamos surpresos com as suas afirmativas, que nem sempre também são verdadeiras. Não se pode aqui, na primeira versão, dar crédito total às afirmações. Mas é bom esclarecer, porque o Secretário de Segurança Pública é um homem competente, é um homem honesto, e que tenho certeza, se optou por esta forma de alocação de veículos, certamente analisou com profundidade, com a sua equipe de técnicos, no sentido de que ela seria a melhor opção na questão do barateamento, inclusive.

De qualquer maneira, Deputado Luiz Claudio Romanelli, vamos procurar trazer as informações na medida do possível, os

esclarecimentos a respeito daquilo que foi colocado hoje nesta tribuna.

Certamente este Governo também está se preocupando em colocar a serviço da Segurança Pública e das demais Secretarias, veículos com qualidade. Não a exemplo dos Chevette's que em Governos passados foram colocados a disposição e que hoje, certamente, nem rodando devem estar mais, porque é um veículo frágil para o serviço na área de segurança pública. Trarei amanhã as informações necessárias.

Mas, Senhor Presidente, venho a tribuna dizer que este Governo, que é um Governo que procura implantar a modernidade nesse Estado, esse Governo que procura cumprir com os compromissos que Governos passados não cumpriram, este Governo, na última sexta-feira fez um ato de reconhecimento ao direito que tinha e que tem a Prefeitura do Município de Paranaguá. Desde 1988 o Porto de Paranaguá não repassava o ISS para a Prefeitura de Paranaguá que tem o direito. Questionou-se, inclusive, na Justiça, e isso foi se levando, se levando, e ficou até hoje. No entanto, nós, por uma luta deste Parlamentar, com a luta também do Deputado Ângelo Vanhoni - que é oriundo de Paranaguá - procuramos sensibilizar o Superintendente atual do Porto de Paranaguá no sentido que fizesse respeitar o direito da Prefeitura de Paranaguá, e mesmo com a precariedade do Porto na questão de movimentação de carga, na questão de recolhimento de dinheiro, mesmo assim, desde o ano passado, o Governo Jaime Lerner já está repassando para a Prefeitura de Paranaguá a parte que lhe cabe em relação ao ISS.

Mas, na sexta-feira, o Governador do Paraná, Governador Jaime Lerner, numa sentada de mesa com os técnicos do Porto, com o Chefe da Casa Civil, Giovanni Giomédís, com a nossa presença também, acabamos entendendo que não dava mais para protelar esta briga que desde 1988 vinha se desenrolando na Justiça. E, numa assinatura de convênio com o Prefeito Carlos Tortato de Paranaguá, com o Superintendente do Porto do Paranaguá, com o Secretário de Transportes do Governo e com a presença de autoridades portuárias, assinamos o convênio de responsabilidade, onde o Governo do Paraná passa já, a partir deste mês, a repassar o atrasado para a Prefeitura de Paranaguá, na ordem, aproximadamente, de seis milhões de reais.

Portanto, faz-se justiça à Prefeitura de Paranaguá, e com certeza que com este investimento, o Prefeito Carlos Tortato poderá, sem dúvida nenhuma, fazer as obras que o povo de Paranaguá tanto tem reclamado.

Venho também dizer que o Governador, reunido com as autoridades portuárias, de-

terminou também o novo zoneamento do Porto de Paranaguá. Mais um avanço dado no Porto, no sentido da modernização. E no último sábado, acompanhamos o Governador, o Presidente desta Casa, Anibal Khury, Deputado Luiz Carlos Martins também acompanhou, o Prefeito Rafael Greca de Macedo, quando fizemos mais uma integração do transporte coletivo com a Região Metropolitana. A Cidade de Pinhais, tão pertinho daqui, tivemos problemas no Governo passado, quando tentamos implantar o Ligeirinho. Aliás, acabou virando caso de polícia, da mesma forma que aconteceu em São José dos Pinhais, quando eu exercia a função de prefeito interino da cidade. São José dos Pinhais e Pinhais acabaram com toda a luta, mantendo o Ligeirinho chegando a estas cidades. No entanto, não estava ainda dentro da integração de Curitiba, dentro da rede integrada de transporte coletivo.

E a partir de sábado, como já fizemos há 15 dias atrás - Almirante Tamandaré já está integrada à rede de transporte coletivo, o cidadão que mora em Almirante Tamandaré paga apenas uma passagem, agora foi a vez do morador de Pinhais, que com apenas uma passagem está integrado a todos os terminais, a todas as estações-tubo da Capital do Estado do Paraná. Mais uma promessa de campanha cumprida pelo Governador Jaime Lerner, e uma promessa feita por mim, pelo Luiz Carlos Martins, pelo Nelson Justus, pelo Neivo Beraldin e pelo Presidente da Casa Anibal Khury, que na verdade o Ligeirinho seria integrado à Cidade de Pinhais.

Ainda no último sábado, fomos até a Cidade de Campina Grande do Sul, juntamente com o Governador, com o Presidente da Casa Anibal Khury, a Primeira Dama do Estado, Fani Lerner, onde inauguramos um total de 145 moradias no Conjunto Habitacional, na Cidade de Campina Grande do Sul. São casas, são moradias construídas pelo sistema de auto-gestão e depois também inauguramos um PIA do Ofício, também na Cidade de Campina Grande.

Foram algumas obras que entregamos na Região Metropolitana, que tenho certeza também atendiam as reivindicações dos Prefeitos dessas cidades. Tenho certeza que muitas obras estaremos entregando à Região Metropolitana e liberando um pouco, também, o congestionamento de coletivos que demandam para o anel central de Curitiba, mais propriamente para o terminal de Guadalupe.

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à Ordem do Dia.

Antes queremos anunciar a presença, em

nosso meio, do Deputado Federal Paulo Cordeiro, que juntamente com a Bancada Federal paranaense, tem defendido os interesses da nossa terra na Câmara Federal.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Aproveitando a presença dos Deputados Federais, queremos aqui, fazer justiça também ao Senado Federal, que na última quinta-feira - também fazer justiça ao próprio Senador Roberto Requião que, a princípio tinha colocado alguns obstáculos, mas depois, evidentemente, votou favorável - tivemos a aprovação, pelo Senado, do empréstimo internacional relacionado ao Paraná Urbano.

Então, justiça se faça à Bancada de Deputados Federais, no Congresso Nacional, aos nossos Senadores, que estão todos unidos trabalhando em prol do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Irineu Colombo e Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01  
1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 018/96 de autoria do Deputado Edno Guimarães, que dá nome ao Viveiro Florestal do IAP do Município de Cianorte, de Antonio Joaquim Pacagnan, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no DA. n° 04, de 27.02.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 018/96

PARECER:

O presente Projeto de Lei n° 018/96 de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Edno Guimarães, tem por objetivo denominar o Viveiro Florestal Regional do IAP do Município de Cianorte, de Antonio Joaquim Pacagnan.

Cabe ressaltar que o autor ao elaborar esta proposição, anexou justificativa muito bem fundamentada para a denominação "Antonio Joaquim Pacagnan", falecido em 1990.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e de técnico legislativo, não encontramos qualquer óbice para sua normal tramitação.

Portanto, o nosso parecer é favorável. É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.04.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO ANNIBELLI - Relator

#### ITEM 02

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 060/96 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que institui o Selo Verde no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.A.I.C. e C.E.M.A.. **Aprovado.** (Publ. no DA. n° 16, de 13.03.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 060/96

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, o Projeto de Lei n° 060/96 pretende instituir o "Selo Verde" no Estado do Paraná.

Procedida a análise regimental, legal e constitucional, não encontramos qualquer óbice à normal tramitação do referido Projeto.

Nestas condições, nosso parecer é favorável à aprovação do Projeto de Lei n° 060/96, ora em exame.

Sala das Comissões, em 17.04.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMOES - Relator

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI N° 060/96

PARECER:

#### RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, tem por finalidade instituir o "Selo Verde" no Estado do Paraná, com o objetivo de identificar produtos fabricados, produzidos e comercializados, que não causem danos ao meio ambiente.

#### FUNDAMENTAÇÃO

A exploração consumista criou a sociedade descartável, as pessoas passaram a

desperdiçar. Os ambientalistas reconhecem que tais práticas acarretam mais poluição e maior demanda de recursos naturais. Nos países desenvolvidos, a sociedade está questionando os valores materialistas que as seduziu, mudando seu estilo de vida e pressionando o Estado a tomar medidas efetivas de controle ambiental.

As empresas brasileiras com performance ambiental são aquelas com maior inserção no mercado internacional, onde a globalização dos problemas ambientais estão contribuindo para uma nova postura empresarial.

#### CONCLUSÃO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 23.04.96

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

#### COMISSÃO DE ECOLOGIA E

#### MEIO AMBIENTE

PROJETO DE LEI N° 060/96

P A R E C E R :

#### RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, tem por finalidade instituir o "Selo Verde", com o objetivo de identificar produtos fabricados, produzidos e comercializados no Estado do Paraná, que não causem danos ao meio ambiente.

#### FUNDAMENTAÇÃO

No início da década de 70, surge um grupo com críticas às tendências da sociedade industrial voltada para os efeitos prejudiciais ao meio ambiente, decorrentes da atividade industrial e do crescimento econômico.

Estudos realizados na época, alertaram as autoridades, que, a persistir as taxas de crescimento demográfico e econômico do mundo, efeitos catastróficos ocorreriam em meados do próximo século, tais como: envenenamento geral da atmosfera e das águas, escassez de alimentos, bem como o colapso da produção agrícola e industrial decorrentes da crescente demanda dos recursos naturais não-renováveis.

Nos países desenvolvidos a sociedade está questionando os valores materialistas que a seduziu, mudando seu estilo de vida e pressionando o Estado a tomar medidas efetivas de controle ambiental.

Através da pressão do consumidor, as empresas estão cada vez mais adequando seus produtos para a preservação do meio ambiente, através da criação de novos produtos "verdes", utilização racional dos recursos naturais e eliminação dos poluentes.

#### CONCLUSÃO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 30.04.96  
(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente  
ALGACI TÚLIO - Relator

#### ITEM 03

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 075/96, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública o Centro Educacional Renascer de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no DA. n° 20, de 21.03.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 075/96

P A R E C E R :

#### RELATÓRIO

De autoria do Deputado Antonio Belinati, o presente Projeto de Lei n° 075/96, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro Educacional Renascer, com sede na Cidade de Londrina.

#### FUNDAMENTAÇÃO

Pela documentação apresentada, verifica-se que a entidade funciona há mais de um ano, tem personalidade jurídica e sua diretoria não recebe remuneração para o exercício de seus cargos. Fica atendido, assim, ao disposto na Lei n° 8.589, que disciplina a declaração de utilidade pública.

#### CONCLUSÃO

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei n° 075/96.

Sala das Comissões, em 23.04.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

IRONDI PUGLIESI - Relatora

#### ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 078/96, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara da Utilidade Pública a Academia de Ciências Contábeis do Paraná, em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no DA. n° 20, de 21.03.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 078/96

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Academia de Ciências Contábeis do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba-PR.

Dispõe a Lei n° 6.994/78:

"Art. 1° As Sociedades Cívis, as Associações e as Fundações constituídas no Estado do Paraná, ou que aqui exerçam suas atividades através de representações, e que visem exclusivamente servir desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos:

I - que possuam personalidade jurídica

há mais de um ano.

II - que estão em efetivo exercício e servem desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários.

III - que não remunera a qualquer título os cargos da sua diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto.

IV - que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas, ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório".

Analisando a proposição sob o aspecto legal constitucional e regimental, esta Comissão entendeu que há respaldo legal, para o prosseguimento da presente, não encontrando óbice à sua tramitação nessa Casa de Leis.

Nosso parecer, é favorável opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.04.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/96, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Paróquia do Bom Jesus dos Perdões, com sede e foro em Curitiba. Com PARECEP FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no DA. nº 20, de 21.03.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 079/96

P A R E C E R :

Em exame ao Projeto de Lei nº 079/96, de iniciativa do nobre Deputado Orlando Pessuti, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Paróquia do Bom Jesus dos Perdões da cidade de Curitiba, deste Estado do Paraná.

No que tange a esta Comissão analisar a Constitucionalidade e a legalidade da Proposição, nada fere a Lei 6.994, alterada pela Lei 8.589, nada encontramos que obste a tramitação regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.05.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CESAR SELEME - Relator

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 095/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Graciosa, com sede e foro na cidade de Paranavaí. Com PARECEP FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no DA. nº 25, de 27.03.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 095/96

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 095/96 de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Graciosa, com sede no Distrito de Graciosa e foro no município de Paranavaí.

Entendemos que a presente proposição atende todos os requisitos da Lei nº 6.994 de 10 de janeiro de 1978. Por esta razão recebe o nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.04.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública o Centro de Informática para Deficientes Visuais Professor Hermann Gorgen, com sede e foro em Curitiba. Com PARECEP FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no DA. nº 35, de 09.04.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 123/96

P A R E C E R :

#### RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Informática para Deficientes Visuais Professor Hermann Gorgen, com sede e foro nesta Capital.

#### FUNDAMENTAÇÃO

A entidade em exame presta atendimento aos deficientes visuais, procurando direcioná-los ao mercado de trabalho.

A proposição em tela cumpriu com todos os requisitos da Lei nº 8.589, que dispõe sobre as normas para declaração de utilidade pública.

#### CONCLUSÃO

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.04.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

IRONDI PUGLIESI - Relatora

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, requerimento nº 1375, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Pequerimento nº 1276, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1277 a 1279, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** A Dire-



toria Legislativa.

Requerimento n° 1280, de autoria dos Srs. Deputados Irineu Colombo e Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1281 a 1283, 1287, 1288, 1290, 1291 e 1295, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1285, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1286, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1289 e 1292, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1293, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1294, de autoria do Sr. Deputado Pasílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1296, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1297, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1298, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1299, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1300, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata.)

Requerimentos n°s 1284, 1305, 1311, 1312 e 1315, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1301 a 1303, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Aprovados.** Em Discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Inter-

no.

Requerimento n° 1304, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **-Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento n° 1306, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Irineu Colombo e demais Senhores Deputados, constante do expediente. - **Em Discussão**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 1307, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **-Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1308 e 1309, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **-Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1310, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **-Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1313, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Alborghetti, Péricles de Mello e Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1314, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Algaci Túlio e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **-Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1318, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **-Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 14, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 018, 060, 075, 078, 079, 095 e 123/96.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 011, 030, 044, 046, 080 e 088/96.

Marco ainda uma sessão extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:



DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs 041, 042/95 e 012/96.

Levanta-se a sessão.

# TRANSCRIÇÕES:

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA EM REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 13 DE MAIO DE 1996.**

## "SOBRE O LEITE DERRAMADO"

Jornal do Estado.

A sociedade civil amadurece a tapa. De tanto ananhar, acorda. Note-se o acidente ocorrido no último fim de semana, na Região Metropolitana de Curitiba. Foi no cruzamento da BR 277 com a Av. Rui Barbosa.

Colidiram uma caminhonete C-10, um Fiat Uno e um caminhão Scania. Seis pessoas foram internadas no hospital; nove morreram, dentre as quais oito eram crianças.

O local chama a atenção já pelo nome das vias que se cruzam: uma avenida e uma PR, rodovia federal. Outro aspecto: não havia sinalização alguma, nem lombada, nem semáforo, nem placas, nem redutores de velocidade e muitíssimo menos policiamento.

Obviamente deve-se destacar a imprudência do motorista da caminhonete, que estava transportando dez crianças e uma mulher grávida, todos na carroceria. Também deve-se destacar o fato de o motorista ter bebido cerveja horas antes do acidente (só um laudo pericial, no entanto, para esclarecer até que ponto a dosagem alcoólica teria comprometido os seus reflexos).

E, ainda, existe a questão da imperícia na manobra da caminhonete (alguns falaram que um ônibus teria atrapalhado a visão do motorista da C-10). O caso é que, agora, depois da tragédia, a população se uniu para protestar contra o governo. Os manifestantes acreditam que se houvesse melhor sinalização no local o acidente não teria ocorrido.

Bem, sinalização de trânsito pode diminuir colisões de veículos; evitá-los não. Nem lombada eletrônica, essa que fotografa a placa do carro que infringe o limite de velocidade (basta verificar que os ônibus do transporte coletivo curitibano, por exemplo, em especial o da linha metropolitana, simplesmente a ignoram).

Mas claro, em relação à ocorrência acima citada, provavelmente uma boa sinalização tivesse sido decisiva no tamanho do resultado.

Interessante foi o bate-boca entre o prefeito de São José dos Pinhais, município em cujo perímetro urbano aconteceu o

acidente, e o representante do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER).

O prefeito alegava que não havia providenciado qualquer tipo de sinalização porque o DNER não lhe dera autorização. O representante do DNER, a seu turno, pedia que o prefeito declinasse o nome dos técnicos responsáveis pela negativa. Enquanto isso, a multidão ao redor chorava e gritava.

O jogo de empurra-empurra foi semelhante àquele de dezembro de 1993, quando um ônibus que fazia integração entre os terminais de Fazenda Rio Grande e Pinheirinho, também na malsinada Região Metropolitana de Curitiba, colidiu com um Fiat.

Morreram 41 pessoas - o motorista do Fiat e 40 passageiros do ônibus. O detalhe é que as vítimas não morreram propriamente da colisão, mas, sim, porque o ônibus, desgovernado, despencou por uma ribanceira não muito grande, e os passageiros foram arremessados para frente, esmagando-se uns aos outros.

Se o ônibus não estivesse superlotado (havia 135 passageiros, além do motorista), e se estivesse em dia com a manutenção (as poltronas se desprenderam, colaborando para aumentar o saldo da tragédia), talvez não tivesse morrido tanta gente.

O governo estadual disse que a responsabilidade era da Prefeitura de Curitiba; a Prefeitura de Curitiba disse que a responsabilidade era do governo estadual. Na verdade, havia um convênio que responsabilizava ambos.

A tragédia de 1993 foi de quase meio Carandiru (a penitenciária paulista invadida pela PM, durante um motim.

Morreram 111 detentos). No mínimo, no mínimo, deveriam rolar algumas cabeças das administrações públicas municipal e estadual - os que permitiram, por omissão, que ônibus em frangalhos trafegassem superlotados. Não aconteceu nada.

Afinal, as vítimas eram todas muito pobres - e nem sei se seus parentes tiveram orientação jurídica suficiente para, pelo menos, processar o estado e o município, pedindo indenização.

Das administrações públicas não se deve esperar um zelo funcional demais da conta. Também não se deve esperar dos governos uma onipresença e uma onisciência absolutas.

Porém, é justo e legítimo que o cidadão - eleitor, contribuinte -, exija das autoridades públicas um exercício do poder de polícia, de modo a permitir à sociedade civil as condições mínimas de bem-estar.

Sinalizar, fiscalizar e controlar, isso é mínimo. Todavia, se não houver cadáver, ninguém exige coisa alguma.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A PEQUENIZAÇÃO DO SENHOR DEPUTADO VALDIR ROSSONI, EM SESSÃO DO DIA 13 DE MAIO DE 1996.

"TEM CIRCO NO CFU?"

Autoria Deputado Algaci Túlio  
Jornal "O Estado do Paraná"

"O circo chegou! Hoje tem marmelada?  
Tem sim senhor!  
Hoje tem palhaçada?  
Tem sim senhor!  
E o palhaço o que é?  
É ladrão de mulher.

Voltamos a ser crianças, tomadas pela alegria pura, nos primeiros momentos de uma tarde quente em Curitiba. Ali na Praça Carlos Gomes, o Pavilhão dos Irmãos Queirolo aos poucos ia se enchendo.

Palas, pipoca, a bandinha tocando, crianças e adultos vibrando eletrizados. As luzes se acendem e, no picadeiro, surge o palhaço Chique-Chique com a sua inseparável "violeta", uma cadelinha de pano que arrancava gargalhada da platéia. Depois, vem o trapezista, desafiando a gravidade, o ágil malabarista; o comedor de fogo; o mágico: os cães amestrados; os bichinhos do mundo alegre de Chique-Chique; a banda de palhaços e finalmente, Lafayette Queirolo - o jovem ator que arrancava suspiros das mocinhas, semeando emoção e alegria. De volta para casa, era difícil dormir com todas aquelas lembranças e, ansiosamente, já começávamos a esperar uma oportunidade de voltar àquele lugar inesquecível.

Ainda menino, esse foi meu primeiro contato com a família Queirolo e aquele que, muitos anos depois, seria meu grande amigo: Lafayette. A relação de amizade, porém, conservou intocável a admiração por alguém que era um símbolo da arte de interpretar e fazer rir.

No último 1º de maio, tudo isso me saltou à memória, quando sepultávamos Lafayette Queirolo no Cemitério da Água Verde. O palhaço brincou mais uma vez e descansou bem no Dia do Trabalho.

Conheci a luta do homem que encarnava o palhaço Chique-Chique e sei que muitas vezes ele desentranhou forças desumanas para alegrar crianças e adultos, apesar das dificuldades, da dor e da sua própria tristeza. Como na década de 60, quando um vendaval destruiu o "Circo Irmãos Queiro-

lo".

Ainda conservava no coração a tristeza pela perda de um trapezista; José Vicente Gonçalves, meu querido amigo e irmão, que se equilibrava em pautas de papel e se dedicava ao jornalismo com desenvoltura invulgar.

Pensando na tênue linha que nos separa da morte, lembrei-me de quando Curitiba e o Paraná receberam Lafayette Queirolo como cidadão honorário. E da sua humilde gratidão. Que bom que pudemos prestar esses conhecimentos em vida.

Lafayette dizia que "o circo é o primo pobre de todas as artes". Eu completaria, afirmando que "uma das mais belas, mais ricas e puras expressões de nossa cultura. Traz um mundo encantado de magia, curiosidade, alegria e emoção.

E foi essa arte que Lafayette Queirolo representou e enriqueceu com seus tipos inesquecíveis.

Depois de um lamentável acidente em 1980, Lafayette deixou o "Circo Chique-Chique", que o ex-prefeito Saul Paiz viabilizou com sua sensibilidade e dedicou-se mais à "Fábrica de Papais-Noéis", que empregou até 25 artistas de uma só vez.

O "Circo Irmãos Queirolo", através de uma empresa de promoções artísticas, passou a realizar espetáculos, mesmo sem lona, por todo o Paraná e por Santa Catarina. Ali, eram mais ou menos 40 artistas empregados.

Lafayette passou, não morreu. Chique-Chique não morrerá jamais. Como diz a filha do palhaço, Lígia Lopes Queirolo Mus-sak, "o Circo Irmãos Queirolo tornou-se uma instituição que sobreviverá à morte de seu idealizador".

A maior herança de Lafayette, para os filhos, netos, sobrinhos, foi o gosto pela arte circense. Entre eles há artistas de talento e com a tenacidade própria de um Queirolo.

O palhaço roubou nossas lágrimas, no 1º de maio.

E eu fiquei imaginando um encontro dele com o Zé Vicente. O Zé anunciando a chegada do circo e apresentando o palhaço Chique-Chique. Na platéia, anjos, arcanjos, querubins e serafins rindo até não poder mais.

Deus certamente aprovaria."

(Algaci Túlio é Deputado Estadual, Líder do Governo Jaime Lerner na Assembleia Legislativa do Paraná).